



Número: **0137222-46.2018.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 4ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **26/12/2018**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ROSENILDO MIGUEL DA SILVA (AUTOR)		ABRAAO FIRMINO DO NASCIMENTO (ADVOGADO)	
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (RÉU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
39540941	26/12/2018 13:53	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
39540946	26/12/2018 13:53	<a href="#">CNH e Comp. Residência - Rosenildo</a>	Documento de Identificação
39540948	26/12/2018 13:53	<a href="#">DOCS - ROSENILDO MIGUEL</a>	Documento de Comprovação
39600713	03/01/2019 15:54	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
39721464	07/01/2019 08:46	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
39721465	07/01/2019 08:46	<a href="#">Citação</a>	Citação
40327688	23/01/2019 17:29	<a href="#">Contestação</a>	Contestação
40327806	23/01/2019 17:29	<a href="#">2559797_CONTESTACAO_01.PDF</a>	Outros (Documento)
40327813	23/01/2019 17:29	<a href="#">13030154</a>	Outros (Documento)
42156676	08/03/2019 16:31	<a href="#">Petição</a>	Petição
42157236	08/03/2019 16:31	<a href="#">substabelecimento_dpvat</a>	Substabelecimento
42157266	08/03/2019 16:31	<a href="#">carta_preposto_dpvat</a>	Petição em PDF
42193777	11/03/2019 09:15	<a href="#">Certidão DE JUNTADA</a>	Certidão
42193787	11/03/2019 09:15	<a href="#">137222-46.2018</a>	Ata da Audiência
42993198	27/03/2019 09:27	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
43095059	28/03/2019 15:07	<a href="#">Réplica</a>	Resposta
43914041	16/04/2019 11:57	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
43967672	17/04/2019 08:31	<a href="#">Certidão HABILITAÇÃO PERITO</a>	Certidão
43967805	17/04/2019 08:34	<a href="#">Intimação</a>	Intimação

43967 806	17/04/2019 08:34	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
44020 338	17/04/2019 22:57	<a href="#">Petição em PDF</a>	Petição em PDF
44267 196	25/04/2019 12:39	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
44267 197	25/04/2019 12:39	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
44608 172	03/05/2019 13:22	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
44608 194	03/05/2019 13:22	<a href="#">AR/ CIA EXCELSIOR 4A</a>	Aviso de recebimento (AR)
45610 341	23/05/2019 16:00	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
45610 343	23/05/2019 16:00	<a href="#">CARTA DEVOL/ ROSENILDO MIGUEL- NÃO PROCURADO 4A</a>	Aviso de recebimento (AR)
45847 686	28/05/2019 17:02	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
46016 596	31/05/2019 11:03	<a href="#">Petição</a>	Petição
46016 597	31/05/2019 11:03	<a href="#">ANEXO 2</a>	Outros (Documento)
46016 598	31/05/2019 11:03	<a href="#">ANEXO 1</a>	Outros (Documento)
46016 599	31/05/2019 11:03	<a href="#">2559797_JUNTADA_DE_HONORARIOS_PERICIAIS JUR_01.PDF</a>	Petição em PDF
47544 683	09/07/2019 00:42	<a href="#">Ausência</a>	Petição em PDF
49075 052	15/08/2019 10:34	<a href="#">Sentença</a>	Sentença
49518 941	20/08/2019 07:09	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
51722 764	02/10/2019 07:21	<a href="#">Trânsito em julgado</a>	Certidão
51722 768	02/10/2019 08:03	<a href="#">Alvará</a>	Alvará
51880 928	04/10/2019 11:11	<a href="#">Intimação</a>	Intimação

**EXMO.: SR DR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO.**

**ROSENILDO MIGUEL DA SILVA**, brasileiro (a), Casado (a) acricutor (a), portador (a) do RG 4.523.130 SDS/PE e CPF/MF 868.327.864-68, residente e domiciliado no seguinte endereço: Sítio Chã Alegre, 600 – Zona Rural, Paudalho - PE, por seu advogado ao final assinado, conforme procuração anexa, com fulcro no art. 105 do Código de Processo Civil, promover a presente:

### **AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA – DPVAT**

Com fulcro na Lei 8.441/92, que dá nova redação à Lei Federal nº 6.194/74, e nos demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, em face da **CIA EXCELSIOR SEGUROS DPVAT**, inscrita no CNPJ n. 33.054.826/0001-92, situada à Avenida Marquês de Olinda, 175 – Recife Antigo – Recife/PE - CEP 50030-000, pelo que declara e passa a expor:

**PRELIMINARMENTE: DO NÃO INTERESSE DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO. ART. 319. VII CPC. – PEDIDO DE NOMEAÇÃO DE PERITO – CONVÊNIO 05/2015 TJPE.**

Vem a parte autora informar que **não possui interesse no aprazamento de audiência de conciliação**, visto que, conforme já é conhecido pelo judiciário pátrio, ações que versam sobre o recebimento do **SEGURO DPVAT**, não são resolvidas pela via conciliatória, sem que antes, seja **NOMEADO PERITO JUDICIAL PARA GRADUAÇÃO DA DEBILIDADE PERMANENTE DA PARTE AUTORA**, só assim, sendo passível de composição amigável.

Diante do exposto, visando maior celeridade processual, pugna pela **CITAÇÃO DAS SEGURADORAS RÉIS PARA APRESENTAR CONTESTAÇÃO**, e, por conseguinte, a **NOMEAÇÃO DE PERITO JUDICIAL**, visto que **EXISTE CONVÊNIO FIRMADO JUNTO AS SEGURADORAS, disposto no ato da presidência 05/2015, onde consta o valor previamente estabelecido de R\$ 200,00 para cada perícia realizada.**

### **DOS FATOS**

A parte requerente foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia **11.03.2018**, sofrendo lesões gravíssimas, que resultaram em sequelas definitivas, visto que, o ocorrido resultou na:

**DEBILIDADE PERMANENTE EM VIRTUDE DE POLITRAUMATISMO**



O que impediu o desempenho de suas funções habitualmente exercidas, conforme vasta documentação médica acostada à inicial.

Sendo a parte requerente vítima de acidente de veículo automotor, atrai a aplicação da Lei nº 6.194/74 (**Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não**); conforme o artigo 3º, alínea “b” da aludida lei.

Portanto, diante do que se encontra na letra da lei, bem como em sua tabela anexa, a parte requerente perfaz o direito de receber **o valor**, que se refere a **RESPECTIVA DEBILIDADE PERMANENTE** que sofrera, **haja vista que a legislação competente prevê um percentual para tanto**.

Ocorre que, tentando a parte autora ingressar por via administrativa, receber o seguro que lhe é de direito, recebeu como resposta ao seu sinistro, **o recebimento de acordo com a tabela abaixo:**

<b><u>Pagamento Administrativo</u></b>	<b>RS 1.687,50</b>
--	--------------------

O que foi pago a parte autora demonstra, no mínimo, um total desrespeito com a legislação vigente, haja vista que **não existe critério legal** adotado pelas seguradoras, muito menos que as requeridas tenham competência para criar um fracionamento do percentual estabelecido por debilidade, sendo um absurdo realizar o pagamento parcial fracionado ou nem realizar o pagamento do referido seguro ao beneficiário.

Pois bem, então, faz jus a parte autora o recebimento do percentual estabelecido, conforme vasta documentação trazida, com fundamento na legislação competente, **SENDO DEDUZIDO O VALOR PAGO NA ESFERA ADMINISTRATIVA, ASSIM COMO PELO PERCENCUAL ESTABELECIDO NA PERÍCIA ADIANTE SOLICITADA À ESTE JUÍZO.**

**CASO ESTE JULGADOR ENTENDA QUE SEJA NECESSÁRIA A GRADUAÇÃO DO PERCENTUAL REFERENTE A SEQUELA DA PARTE AUTORA, REQUER, DESDE ENTÃO, QUE SEJA NOMEADO PERITO JUDICIAL, EM VIRTUDE DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 5/2015, QUE FIRMA O CONVENIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO JUNTO A SEGURADORA RÉCOM A FINALIDADE DE PERCENTUALIZAR A DEBILIDADE DO AUTOR, DE ACORDO COM A TABELA ANEXA A LEI DO ELUDIDADO SEGURO, UMA VEZ QUE OS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS POR PERÍCIAS ACIDENTÁRIAS PÚBLICOS NÃO POSSUEM ESTRUTURA SUFICIENTE PARA ATENDER AO PLEITO.**

Logo, percebe-se que, **ingressa com a presente ação, a parte autora, a fim de receber o valor correspondente ao valor elencado na aludida perícia, estes que estão preestabelecidos na Lei nº. 6.194/74 e legislações posteriores, sendo subtraído o valor que porventura tenha sido recebido na esfera administrativa.**

**Portanto, diante dos fatos aqui narrados, bem como pela legislação apresentada pelo vasto entendimento jurisprudencial que existe nos tribunais superiores, requer que as parte rés sejam condenadas ao pagamento/complementação da indenização pelo seguro DPVAT, por ser do mais límpido direito da parte autora.**



## DO REQUERIMENTO

Diante de todos os fatos aqui esposados, bem como legislação descrita e documentos juntados, **REQUER** à Vossa Excelência o seguinte:

**Preliminarmente, informa expressamente que não tem interesse na AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, prevista no novo códex processual civil, pelos motivos já esposados.**

1) A citação das requeridas, **pelos Correios**, nos termos do artigo 222 do Código de Processo Civil, para, querendo, apresentar resposta ao presente, no prazo e forma legais, sob pena de lhe serem imputados os efeitos da revelia;

2) A **PROCEDÊNCIA** da presente demanda, com a condenação da requerida ao pagamento da **TOTALIDADE OU DIFERENÇA DA INDENIZAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT, DE ACORDO COM A PERÍCIA QUE ESTÁ SENDO SOLICITADA EM JUÍZO, COM A SUA DEVIDA GRADUAÇÃO LEGAL, PREVISTA EM LEI, BEM COMO REALIZANDO A DEDUÇÃO DE QUALQUER VALOR PORVENTURA RECEBIDO NA ESFERA ADMINISTRATIVA;**

3) Requer, ainda, a **condenação da requerida custas, despesas processuais e honorários advocatícios**, a ser arbitrado por este juízo, sugerindo que seja no percentual de 20%;

4) **Requer que seja NOMEADO PERITO JUDICIAL PARA REALIZAÇÃO DE PERÍCIA, COM O FIM DE GRADUAR A DEBILIDADE DA PARTE AUTORA, DE ACORDO COM A INSTRUÇÃO NORMATIVA DE N. 5/2015, QUE FIRMA CONVÊNIO PARA REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS PARA ESTES FINS.**

5) Por fim, requer os benefícios da **Assistência Judiciária Gratuita**, consoante Lei 1060/50 e posteriores alterações, por ser a Autora pessoa pobre na acepção jurídica do termo, conforme declaração inclusa, bem como pelos documentos juntados, comprovando de forma objetiva que estas são classificadas como pobres na forma da lei, tais como moradores de bairros considerados de baixa renda, apresentação de “baixa renda” em suas faturas de energia elétrica, bem como que todos os seus tratamentos foram realizados em hospitais da Rede Pública.

Protesta e requer provar o alegado por **todos** os meios de prova em direito admitidos, sem exceção de nenhuma, especialmente pelos documentos que instruem esta Inicial.

Requer ainda o Suplicante a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, inciso VIII do Código de Defesa do Consumidor, por ser parte hipossuficiente desta relação.



Outrossim, requer sejam todas as intimações publicadas exclusivamente em nome do Procurador **ABRAÃO FIRMINO DO NASCIMENTO, OAB/PE 39.668 D, com escritório na Rua Arquiteto Luiz Nunes, nº 741, Bairro da Imbiribeira, Recife - PE.**

Dá-se a esta o valor de R\$ **11.812,50**

Pede Deferimento

Recife, 26 de dezembro de 2018

**ABRAÃO FIRMINO DO NASCIMENTO**

**OAB/PE 39.668**

[nascimentoabraao@hotmail.com](mailto:nascimentoabraao@hotmail.com)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DAS CIDADES  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

**NOME**  
 ROSENILDO MIGUEL DA SILVA

**DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF**  
 4523130 SSP PE

**CPF**  
 868.327.864-68

**DATA NASCIMENTO**  
 20/07/1974

**FILIAÇÃO**  
 AUGUSTO MIGUEL DA SILVA  
 NILZA RODRIGUES DA SILVA

**PERMISSÃO** **ACC** **CAT. HVB**  
 [ ] [ ] **AB**

**Nº REGISTRO** **VALIDADE** **Nº HABILITAÇÃO**  
 03769184225 27/12/2018 18/10/2005

**OBSERVAÇÕES**  
 sem observações

*Rosenildo Miguel da Silva*  
 ASSINATURA DO PORTADOR

**LOCAL** **DATA EMISSÃO**  
 CARPINA - PE 11/03/2014

*P. A.*  
 ASSINATURA DO EMISSOR

15915365601  
 PE057295204

DETRAN - PE (PERNAMBUCO)

**VALIDA EM TODOS  
 O TERRITÓRIOS NACIONAIS**  
 869434922

**PREVISOR PLASTIFICAR**  
 869434922







Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02  
Companhia Energética de Pernambuco  
Av. João de Barros, 111, Edf. J. de Barros, Recife, Pernambuco - CEP 50050-902  
CNPJ 10.835.932/0001-08 | Ins. Est. 0005943-93 | www.celpe.com.br

MAINTENÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

CPF: 066.428.444-07 NIS: 000000000

TARIFA RURAL PAUCALHOVA (RURAL)  
PAUCALHOVA  
550.25-000

B1 RESIDENCIAL  
BAIXA RENDIMENTO  
Monofase

CONTA CONTRATO 7008620363 MÊS/MANO 03/2018

DATA DE VENCIMENTO 09/04/2018 DATA PRESTAÇÃO DE CONTAS 17/04/2018

Nº DA NOTA FISCAL 00852014  
SÉRIE 00000000  
EMISSÃO 19/03/2018  
APRESENTAÇÃO 02/04/2018 Nº DO CLIENTE 0011695808 Nº DA INSTALAÇÃO 277157

TOTAL A PAGAR (R\$) 145,15

	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo até 30 kWh	30,0000000	0,23900000	7,17
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	70,0000000	0,40347040	28,24
Consumo Ativo superior a 100 até 200 kWh	120,0000000	0,60071400	72,09
Consumo Ativo superior a 200 kWh	18,0000000	0,22744000	4,09
Contribuição para a Luz			0,00
Multa por atraso NF 001978295 - 1/01/18			0,00
Multa por atraso NF 001978295 - 1/01/18			0,00
Juros por atraso NF 001978295 - 1/01/18			0,00
Juros por atraso NF 001978295 - 1/01/18			0,00
Atualização NF 001978295 - 1/01/18			0,05
Atualização NF 001978295 - 1/01/18			0,35

TOTAL DA FATURA 145,15

Nº DO REGISTRO	Tipo de Fatura	DATA	LEITURA	DATA	ATUAL	LEITURA	DATA	Nº DE	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)
0078120	PAUCALHOVA	19/03/2018	19/03/2018	19/03/2018	19/03/2018	19/03/2018	19/03/2018	26	1,0000	1,0000	18,00
0078120	PAUCALHOVA	19/03/2018	19/03/2018	19/03/2018	19/03/2018	19/03/2018	19/03/2018	26	1,0000	1,0000	218,00

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO	
Descrição do Consumo	Valor (R\$)
Consumo de Energia	11,12
Transmissão	1,54
Distribuição (Celpe)	28,24
Perdas de Energia	9,74
Encargos Setoriais	0,00
Tratamento	15,40
Total	115,12

Na data da leitura a bandeira em vigor é a verde. Mais informações em: www.celpe.com.br. O cliente é responsável por verificar a validade da leitura e a validade da tarifa. A tarifa social de energia elétrica é concedida aos consumidores que atendem aos requisitos estabelecidos na Lei nº 10.438 de 26/04/02. A tarifa social de energia elétrica é concedida aos consumidores que atendem aos requisitos estabelecidos na Lei nº 10.438 de 26/04/02. A tarifa social de energia elétrica é concedida aos consumidores que atendem aos requisitos estabelecidos na Lei nº 10.438 de 26/04/02.

Assinado eletronicamente por: ABRAAO FIRMINO DO NASCIMENTO - 26/12/2018 13:53:48  
https://pje.tipe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18122613534885200000038972697  
Número do documento: 18122613534885200000038972697



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
BARREIRA NACIONAL DE HABILITACÃO

**NOME**  
ROSEWILDO MIGUEL DA SILVA

**DOC. IDENTIDADE/CPF. TITULAR / UF**  
4523130 SSP PE

**CPF**  
868.327.864-68

**DATA NASCIMENTO**  
18/07/1974

**PLACAO**  
AUGUSTO MIGUEL DA  
SILVA  
MILEA RODRIGUES DA  
SILVA

**PERMISO**  
PERMISO

**ACC**  
ACC

**CR. PRE.**  
25

**IF. PROTESTO**  
83769184238

**VALIDADE**  
27/12/2018

**P. HABILITACAO**  
18/10/2005

**OBSERVAÇÕES**  
sem observações

*Rosewildo Miguel da Silva*  
ASSINATURA DO TITULAR

**LOCAL**  
CARPINA - PE

**EXPIRACAO**  
11/03/2014

*P. P.*  
ASSINATURA DO DETRAN

15915365601  
72037295384

**DETRAN - FÉLIPENNA BUCCI**

**VALIDA EM TODAS  
O TENDENCIAS NACIONAL**  
869434922

**PRIMEIRO PLASTIFICADA**  
869434922



Companhia Energética de Pernambuco  
Av. João de Barros, 111, Edif. 33, Recife, Pernambuco - CEP 50050-002  
CNPJ 10.835.932/0001-66 | Ins. Est. 0005943-93 | [www.celpe.com.br](http://www.celpe.com.br)

2. **HEAT TREATING**

TONG RURAL POLYCLINIC & DISPENSARY  
 -AUGLHOF  
 72025-0001

B1 RESIDENCIAL  
BAIRRO RENOVA CORTES  
MORFASUL

COSTA CONTRATO 7008620363 NISBANO 03/2018

Nº DA NOTA FISCAL	ORÇÃO	EXERCÍCIO
2006-001-1	0.0.0.0	1999-00-1-1

DATA DE VENCIMENTO: 09/04/2018 DATA PREVISÃO PRÓXIMA LETURA: 17/04/2018

APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
02104/2018	2111095006	2172167

TOTAL A PAGAR (R\$) 145,15

	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Água até 56 kWh	30,00000000	0,2388944	7,16
Consumo Água superior a 53 até 100 kWh	70,0000000	0,4947774	29,33
Consumo Água superior a 100 até 270 kWh	120,0000000	1,0017774	120,21
Consumo Água superior a 270 kWh	18,00000000	1,5026666	27,05
Contribuição de Impostos, PIS e COFINS			0,00
Multa por atraso de 01/05/2014 até 01/06/2014			0,00
Multa por atraso de 01/07/2014 até 01/08/2014			0,00
Multa por atraso de 01/09/2014 até 01/10/2014			0,00
Juros por atraso 01/11/2014 até 01/12/2014			0,00
Juros por atraso 01/01/2015 até 01/02/2015			0,00
Juros por atraso 01/03/2015 até 01/04/2015			0,00
Juros por atraso 01/05/2015 até 01/06/2015			0,00
Juros por atraso 01/07/2015 até 01/08/2015			0,00
Juros por atraso 01/09/2015 até 01/10/2015			0,00
Juros por atraso 01/11/2015 até 01/12/2015			0,00
Juros por atraso 01/01/2016 até 01/02/2016			0,00
Juros por atraso 01/03/2016 até 01/04/2016			0,00
Juros por atraso 01/05/2016 até 01/06/2016			0,00
Juros por atraso 01/07/2016 até 01/08/2016			0,00
Juros por atraso 01/09/2016 até 01/10/2016			0,00
Juros por atraso 01/11/2016 até 01/12/2016			0,00
Juros por atraso 01/01/2017 até 01/02/2017			0,00
Juros por atraso 01/03/2017 até 01/04/2017			0,00
Juros por atraso 01/05/2017 até 01/06/2017			0,00
Juros por atraso 01/07/2017 até 01/08/2017			0,00
Juros por atraso 01/09/2017 até 01/10/2017			0,00
Juros por atraso 01/11/2017 até 01/12/2017			0,00
Juros por atraso 01/01/2018 até 01/02/2018			0,00
Juros por atraso 01/03/2018 até 01/04/2018			0,00
Juros por atraso 01/05/2018 até 01/06/2018			0,00
Juros por atraso 01/07/2018 até 01/08/2018			0,00
Juros por atraso 01/09/2018 até 01/10/2018			0,00
Juros por atraso 01/11/2018 até 01/12/2018			0,00
Juros por atraso 01/01/2019 até 01/02/2019			0,00
Juros por atraso 01/03/2019 até 01/04/2019			0,00
Juros por atraso 01/05/2019 até 01/06/2019			0,00
Juros por atraso 01/07/2019 até 01/08/2019			0,00
Juros por atraso 01/09/2019 até 01/10/2019			0,00
Juros por atraso 01/11/2019 até 01/12/2019			0,00
Juros por atraso 01/01/2020 até 01/02/2020			0,00
Juros por atraso 01/03/2020 até 01/04/2020			0,00
Juros por atraso 01/05/2020 até 01/06/2020			0,00
Juros por atraso 01/07/2020 até 01/08/2020			0,00
Juros por atraso 01/09/2020 até 01/10/2020			0,00
Juros por atraso 01/11/2020 até 01/12/2020			0,00
Juros por atraso 01/01/2021 até 01/02/2021			0,00
Juros por atraso 01/03/2021 até 01/04/2021			0,00
Juros por atraso 01/05/2021 até 01/06/2021			0,00
Juros por atraso 01/07/2021 até 01/08/2021			0,00
Juros por atraso 01/09/2021 até 01/10/2021			0,00
Juros por atraso 01/11/2021 até 01/12/2021			0,00
Juros por atraso 01/01/2022 até 01/02/2022			0,00
Juros por atraso 01/03/2022 até 01/04/2022			0,00
Juros por atraso 01/05/2022 até 01/06/2022			0,00
Juros por atraso 01/07/2022 até 01/08/2022			0,00
Juros por atraso 01/09/2022 até 01/10/2022			0,00
Juros por atraso 01/11/2022 até 01/12/2022			0,00
Juros por atraso 01/01/2023 até 01/02/2023			0,00
Juros por atraso 01/03/2023 até 01/04/2023			0,00
Juros por atraso 01/05/2023 até 01/06/2023			0,00
Juros por atraso 01/07/2023 até 01/08/2023			0,00
Juros por atraso 01/09/2023 até 01/10/2023			0,00
Juros por atraso 01/11/2023 até 01/12/2023			0,00
Juros por atraso 01/01/2024 até 01/02/2024			0,00
Juros por atraso 01/03/2024 até 01/04/2024			0,00
Juros por atraso 01/05/2024 até 01/06/2024			0,00
Juros por atraso 01/07/2024 até 01/08/2024			0,00
Juros por atraso 01/09/2024 até 01/10/2024			0,00
Juros por atraso 01/11/2024 até 01/12/2024			0,00
Juros por atraso 01/01/2025 até 01/02/2025			0,00
Juros por atraso 01/03/2025 até 01/04/2025			0,00
Juros por atraso 01/05/2025 até 01/06/2025			0,00
Juros por atraso 01/07/2025 até 01/08/2025			0,00
Juros por atraso 01/09/2025 até 01/10/2025			0,00
Juros por atraso 01/11/2025 até 01/12/2025			0,00
Juros por atraso 01/01/2026 até 01/02/2026			0,00
Juros por atraso 01/03/2026 até 01/04/2026			0,00
Juros por atraso 01/05/2026 até 01/06/2026			0,00
Juros por atraso 01/07/2026 até 01/08/2026			0,00
Juros por atraso 01/09/2026 até 01/10/2026			0,00
Juros por atraso 01/11/2026 até 01/12/2026			0,00
Juros por atraso 01/01/2027 até 01/02/2027			0,00
Juros por atraso 01/03/2027 até 01/04/2027			0,00
Juros por atraso 01/05/2027 até 01/06/2027			0,00
Juros por atraso 01/07/2027 até 01/08/2027			0,00
Juros por atraso 01/09/2027 até 01/10/2027			0,00
Juros por atraso 01/11/2027 até 01/12/2027			0,00
Juros por atraso 01/01/2028 até 01/02/2028			0,00
Juros por atraso 01/03/2028 até 01/04/2028			0,00
Juros por atraso 01/05/2028 até 01/06/2028			0,00
Juros por atraso 01/07/2028 até 01/08/2028			0,00
Juros por atraso 01/09/2028 até 01/10/2028			0,00
Juros por atraso 01/11/2028 até 01/12/2028			0,00
Juros por atraso 01/01/2029 até 01/02/2029			0,00
Juros por atraso 01/03/2029 até 01/04/2029			0,00
Juros por atraso 01/05/2029 até 01/06/2029			0,00
Juros por atraso 01/07/2029 até 01/08/2029			0,00
Juros por atraso 01/09/2029 até 01/10/2029			0,00
Juros por atraso 01/11/2029 até 01/12/2029			0,00
Juros por atraso 01/01/2030 até 01/02/2030			0,00
Juros por atraso 01/03/2030 até 01/04/2030			0,00
Juros por atraso 01/05/2030 até 01/06/2030			0,00
Juros por atraso 01/07/2030 até 01/08/2030			0,00
Juros por atraso 01/09/2030 até 01/10/2030			0,00
Juros por atraso 01/11/2030 até 01/12/2030			0,00
Juros por atraso 01/01/2031 até 01/02/2031			0,00
Juros por atraso 01/03/2031 até 01/04/2031			0,00
Juros por atraso 01/05/2031 até 01/06/2031			0,00
Juros por atraso 01/07/2031 até 01/08/2031			0,00
Juros por atraso 01/09/2031 até 01/10/2031			0,00
Juros por atraso 01/11/2031 até 01/12/2031			0,00
Juros por atraso 01/01/2032 até 01/02/2032			0,00
Juros por atraso 01/03/2032 até 01/04/2032			0,00
Juros por atraso 01/05/2032 até 01/06/2032			0,00
Juros por atraso 01/07/2032 até 01/08/2032			0,00
Juros por atraso 01/09/2032 até 01/10/2032			0,00
Juros por atraso 01/11/2032 até 01/12/2032			0,00
Juros por atraso 01/01/2033 até 01/02/2033			0,00
Juros por atraso 01/03/2033 até 01/04/2033			0,00
Juros por atraso 01/05/2033 até 01/06/2033			0,00
Juros por atraso 01/07/2033 até 01/08/2033			0,00
Juros por atraso 01/09/2033 até 01/10/2033			0,00
Juros por atraso 01/11/2033 até 01/12/2033			0,00
Juros por atraso 01/01/2034 até 01/02/2034			0,00
Juros por atraso 01/03/2034 até 01/04/2034			0,00
Juros por atraso 01/05/2034 até 01/06/2034			0,00
Juros por atraso 01/07/2034 até 01/08/2034			0,00
Juros por atraso 01/09/2034 até 01/10/2034			0,00
Juros por atraso 01/11/2034 até 01/12/2034			0,00
Juros por atraso 01/01/2035 até 01/02/2035			0,00
Juros por atraso 01/03/2035 até 01/04/2035			0,00
Juros por atraso 01/05/2035 até 01/06/2035			0,00
Juros por atraso 01/07/2035 até 01/08/2035			0,00
Juros por atraso 01/09/2035 até 01/10/2035			0,00
Juros por atraso 01/11/2035 até 01/12/2035			0,00
Juros por atraso 01/01/2036 até 01/02/2036			0,00
Juros por atraso 01/03/2036 até 01/04/2036			0,00
Juros por atraso 01/05/2036 até 01/06/2036			0,00
Juros por atraso 01/07/2036 até 01/08/2036			0,00
Juros por atraso 01/09/2036 até 01/10/2036			0,00
Juros por atraso 01/11/2036 até 01/12/2036			0,00
Juros por atraso 01/01/2037 até 01/02/2037			0,00
Juros por atraso 01/03/2037 até 01/04/2037			0,00
Juros por atraso 01/05/2037 até 01/06/2037			0,00
Juros por atraso 01/07/2037 até 01/08/2037			0,00
Juros por atraso 01/09/2037 até 01/10/2037			0,00
Juros por atraso 01/11/2037 até 01/12/2037			0,00
Juros por atraso 01/01/2038 até 01/02/2038			0,00
Juros por atraso 01/03/2038 até 01/04/2038			0,00
Juros por atraso 01/05/2038 até 01/06/2038			0,00
Juros por atraso 01/07/2038 até 01/08/2038			0,00
Juros por atraso 01/09/2038 até 01/10/2038			0,00
Juros por atraso 01/11/2038 até 01/12/2038			0,00
Juros por atraso 01/01/2039 até 01/02/2039			0,00
Juros por atraso 01/03/2039 até 01/04/2039			0,00
Juros por atraso 01/05/2039 até 01/06/2039			0,00
Juros por atraso 01/07/2039 até 01/08/2039			0,00
Juros por atraso 01/09/2039 até 01/10/2039			0,00
Juros por atraso 01/11/2039 até 01/12/2039			0,00
Juros por atraso 01/01/2040 até 01/02/2040			0,00
Juros por atraso 01/03/2040 até 01/04/2040			0,00
Juros por atraso 01/05/2040 até 01/06/2040			0,00
Juros por atraso 01/07/2040 até 01/08/2040			0,00
Juros por atraso 01/09/2040 até 01/10/2040			0,00
Juros por atraso 01/11/2040 até 01/12/2040			0,00
Juros por atraso 01/01/2041 até 01/02/2041			0,00
Juros por atraso 01/03/2041 até 01/04/2041			0,00
Juros por atraso 01/05/2041 até 01/06/2041			0,00
Juros por atraso 01/07/2041 até 01/08/2041			0,00
Juros por atraso 01/09/2041 até 01/10/2041			0,00
Juros por atraso 01/11/2041 até 01/12/2041			0,00
Juros por atraso 01/01/2042 até 01/02/2042			0,00
Juros por atraso 01/03/2042 até 01/04/2042			0,00
Juros por atraso 01/05/2042 até 01/06/2042			0,00
Juros por atraso 01/07/2042 até 01/08/2042			0,00
Juros por atraso 01/09/2042 até 01/10/2042			0,00
Juros por atraso 01/11/2042 até 01/12/2042			0,00
Juros por atraso 01/01/2043 até 01/02/2043			0,00
Juros por atraso 01/03/2043 até 01/04/2043			0,00
Juros por atraso 01/05/2043 até 01/06/2043			0,00
Juros por atraso 01/07/2043 até 01/08/2043			0,00
Juros por atraso 01/09/2043 até 01/10/2043			0,00
Juros por atraso 01/11/2043 até 01/12/2043			0,00
Juros por atraso 01/01/2044 até 01/02/2044			0,00
Juros por atraso 01/03/2044 até 01/04/2044			0,00
Juros por atraso 01/05/2044 até 01/06/2044			0,00
Juros por atraso 01/07/2044 até 01/08/2044			0,00
Juros por atraso 01/09/2044 até 01/10/2044			0,00
Juros por atraso 01/11/2044 até 01/12/2044			0,00
Juros por atraso 01/01/2045 até 01/02/2045			0,00
Juros por atraso 01/03/2045 até 01/04/2045			0,00
Juros por atraso 01/05/2045 até 01/06/2045			0,00
Juros por atraso 01/07/2045 até 01/08/2045			0,00
Juros por atraso 01/09/2045 até 01/10/2045			0,00
Juros por atraso 01/11/2045 até 01/12/2045			0,00
Juros por atraso 01/01/2046 até 01/02/2046			0,00
Juros por atraso 01/03/2046 até 01/04/2046			0,00
Juros por atraso 01/05/2046 até 01/06/2046			0,00
Juros por atraso 01/07/2046 até 01/08/2046			0,00
Juros por atraso 01/09/2046 até 01/10/2046			0,00
Juros por atraso 01/11/2046 até 01/12/2046			0,00
Juros por atraso 01/01/2047 até 01/02/2047			0,00
Juros por atraso 01/03/2047 até 01/04/2047			0,00
Juros por atraso 01/05/2047 até 01/06/2047			0,00
Juros por atraso 01/07/2047 até 01/08/2047			0,00
Juros por atraso 01/09/2047 até 01/10/2047			0,00
Juros por atraso 01/11/2047 até 01/12/2047			0,00
Juros por atraso 01/01/2048 até 01/02/2048			0,00
Juros por atraso 01/03/2048 até 01/04/2048			0,00
Juros por atraso 01/05/2048 até 01/06/2048			0,00
Juros por atraso 01/07/2048 até 01/08/2048			0,00
Juros por atraso 01/09/2048 até 01/10/2048			0,00
Juros por atraso 01/11/2048 até 01/12/2048			0,00
Juros por atraso 01/01/2049 até 01/02/2049			0,00
Juros por atraso 01/03/2049 até 01/04/2049			0,00
Juros por atraso 01/05/2049 até 01/06/2049			0,00
Juros por atraso 01/07/2049 até 01/08/2049			0,00
Juros por atraso 01/09/2049 até 01/10/2049			0,00
Juros por atraso 01/11/2049 até 01/12/2049			0,00
Juros por atraso 01/01/2050 até 01/02/2050			0,00
Juros por atraso 01/03/2050 até 01/04/2050			0,00
Juros por atraso 01/05/2050 até 01/06/2050			0,00
Juros por atraso 01/07/2050 até 01/08/2050			0,00
Juros por atraso 01/09/2050 até 01/10/2050			0,00
Juros por atraso 01/11/2050 até 01/12/2050			0,00
Juros por atraso 01/01/2051 até 01/02/2051			0,00
Juros por atraso 01/03/2051 até 01/04/2051			0,00
Juros por atraso 01/05/2051 até 01/06/2051			0,00
Juros por atraso 01/07/2051 até 01/08/2051			0,00
Juros por atraso 01/09/2051 até 01/10/2051			0,00
Juros por atraso 01/11/2051 até 01/12/2051			0,00
Juros por atraso 01/01/2052 até 01/02/2052			0,00
Juros por atraso 01/03/2052 até 01/04/2052</			

TOTAL EXPENSE	145.15
---------------	--------

Nº DO TEODOR	TPO DO FUNÇÃO	VERSÃO	DATA 1987.01.15	ATUAL LEITURA	Nº DE DIAS	CONSTATAR	AJUSTE	CONSUMO (BOM)
80778130	CAE	1987.01.15	36.335,00	24	1,00000		18,00	218,00

composicao no consumo			
energia em		energia de energia	26.37%
energia em		energia de energia	2.87%
energia em		energia de energia	2.44%
energia em		energia de energia	7.34%
energia em		energia de energia	7.21%
energia em		energia de energia	5.71%
energia em		energia de energia	100%

[illegible]

## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE/CONTRATANTE:** ROSENILDO MIGUEL DA SILVA,

brasileiro, estado civil: CASADO, profissão: AGRICULTOR

portador da cédula de identidade sob o RG de n.º 452 31 30 - 557, inscrito no

CPF/MF sob o n.º 868.327.864 - 68, residente e domiciliado

SÍTIO RHÃ ALEGRE, n.º 600,

bairro: ZONA RURAL na Cidade de PAUDALHO,

Estado de Pernambuco.

**OUTORGADO/CONTRATADO:** ABRAÃO FIRMINO DO NASCIMENTO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE 39.668, com endereço profissional na Rua Arquiteto Luiz Nunes, 741, imbiribeira, Recife-PE.

## PODERES

O outorgante outorga ao outorgado amplos e gerais poderes de representação para o exercício do procuratório judicial e extrajudicial, atinentes a cláusula *ad judicium et extra*, especialmente visando defender direitos do outorgante, podendo ainda propor ação, requerer justiça gratuita, variar de ações, receber intimações, desistir, **negociar e transigir**, confessar, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber e dar quitação, receber e levantar e quitar alvará judicial, firmar compromisso, produzir provas, enfim, todos os atos necessários que visem à boa e fiel desincumbência dos deveres e prerrogativas advocatícias de defesa dos direitos e interesses jurídicos do outorgante, para o que são conferidos todos os poderes, ainda que aqui não declarados expressamente, inclusive substabelecer, com ou sem reservas de poderes. Ratifica ainda a procuração anteriormente outorgada e já juntada aos autos.

Rosenildo Miguel da Silva  
OUTORGANTE

## CONTRATO DE HONORÁRIOS

A **OUTORGANTE/CONTRATANTE** pagará, a título de honorários advocatícios contratados, ao outorgado/contratado 30% (trinta por cento) do valor bruto em real (R\$) que receberá em decorrência do processo distribuído e patrocinado pelo contratado, seja em caso de condenação, seja em caso de acordo. O outorgante/contratante autoriza ainda que a secretaria do Juízo retenha em favor do outorgado/contratado os 30% (trinta por cento) acordado, quantia esta que poderá ser liberada através de alvará em favor do outorgado. Os honorários aqui contratados independem dos honorários de sucumbências.

Recife, 26 de DEZEMBRO de 18.

Rosenildo Miguel da Silva  
CONTRATANTE



**DECLARAÇÃO DE POBREZA**

EU, ROSEVALDO MIGUEL DA SILVA  
brasileiro (a), solteiro(a), inscrito (a) no CPF/MF nº \_\_\_\_\_  
residente e domiciliado (a) à Endereço com CEP; declaro sob as penas  
da lei que não tenho condições de arcar com custas processuais, bem  
como quaisquer custos adicionais sem prejuízo do meu sustento e de  
minha família, para tanto requeiro os benefícios da assistência judiciária  
Gratuita nos termos da lei 1060/50.

Recebi \_\_\_\_\_, 26 de DEZEMBRO de 18 \_\_\_\_\_.

Rosivaldo miguel da Silva

\_\_\_\_\_- RG \_\_\_\_\_



File://C:\Users\Policia civil\infopol\xml\BOEP...html

445558  
0188069/18  
16/05/2018



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO  
DELEGACIA DE POLICIA DA 012ª CIRCUNSCRIÇÃO - JARDIM SÃO PAULO - DP12ªCIRC  
DIM/4ªDESEC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. 18E0102001819

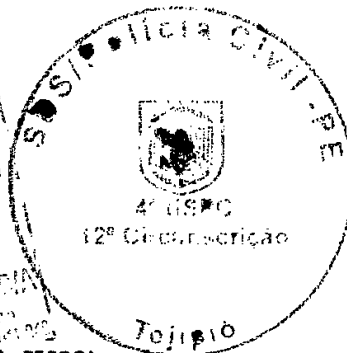
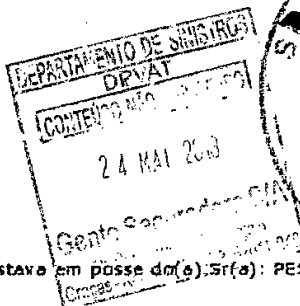
Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia 19/05/2018 às 10:46

**ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumado)** que aconteceu no dia 11/3/2018 no período da Manhã

Fato ocorrido no endereço: CHA ALEGRE, 1 - Bairro: CHA ALEGRE -  
PAUDALHO/PERNAMBUCO/BRASIL  
Local do Fato: VIA PUBLICA

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:  
PESSOA DESCONHECIDA (AUTOR/AGENTE)  
AMARO MANOEL DE OLIVEIRA (NOTICIANTE)  
JOAQUIM VENTURA DA SILVA (OUTRO)  
ROSENILDO MIGUEL DA SILVA (VITIMA)  
MAYARA MARIZA DA SILVA (VITIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:  
VEICULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): PESSOA  
DESCONHECIDA  
VEICULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): ROSENILDO MIGUEL  
DA SILVA



**Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)**

ROSENILDO MIGUEL DA SILVA (não presente ao plantão) - Sexo: Masculino  
Mãe: NILZA RODRIGUES DA SILVA Data de Nascimento: 10/7/1974 Naturalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO /  
BRASIL  
Endereço Residencial: CHA ALEGRE, 800, SÍTIO CHÁ ALEGRE - CEP: 0 - Bairro: CHA ALEGRE -  
PAUDALHO/PERNAMBUCO/BRASIL

MAYARA MARIZA DA SILVA (não presente ao plantão) - Sexo: Feminino  
Mãe: MARIZA BEBATHIANA DA SILVA Pai: ROSENILDO MIGUEL DA SILVA Data de Nascimento: 15/4/2008  
Naturalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL  
Endereço Residencial: CHA ALEGRE, 800, SÍTIO CHÁ ALEGRE - CEP: 0 - Bairro: CHA ALEGRE -  
PAUDALHO/PERNAMBUCO/BRASIL

AMARO MANOEL DE OLIVEIRA (presente ao plantão) - Sexo: Masculino  
Mãe: MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA Data de Nascimento: 2/10/1955 Naturalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO /  
BRASIL  
Endereço Residencial: RUA LORENA, 50 - CEP: 55000-000 - Bairro: JARDIM SAO PAULO -  
RECIFE/PERNAMBUCO/BRASIL

JOAQUIM VENTURA DA SILVA (não presente ao plantão) - Sexo: Masculino



file://C:\Users\Policia civil\infopol\xml\BOEPreview.html

19/05/2018

Boletim de Ocorrência

Página 2 de 2

**PESSOA DESCONHECIDA** (não presente ao plantão) - Sexo: Masculino  
Naturalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL

### Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

**VEÍCULO I (VEÍCULO)** de propriedade do(a) Sr(a): **JOAQUIM VENTURA DA SILVA**, que estava em posse do(a) Sr(a): **ROSENILDO MIGUEL DA SILVA**

Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA/HONDA/CG 160** Objeto apreendido: **Não**

Cor: **PRETA** - Quantidade: **(UNIDADE NÃO INFORMADA)**

Placa: **KKN4984 (PERNAMBUCO/NÃO INFORMADO)**

Descrição: **TITAN**

**VEÍCULO II (VEÍCULO)** de propriedade do(a) Sr(a): **PESSOA DESCONHECIDA**, que estava em posse do(a) Sr(a): **PESSOA DESCONHECIDA**

Categoria/Marca/Modelo: **AUTOMÓVEL/NÃO INFORMADO/NÃO INFORMADO** Objeto apreendido: **Não**

Quantidade: **(UNIDADE NÃO INFORMADA)**

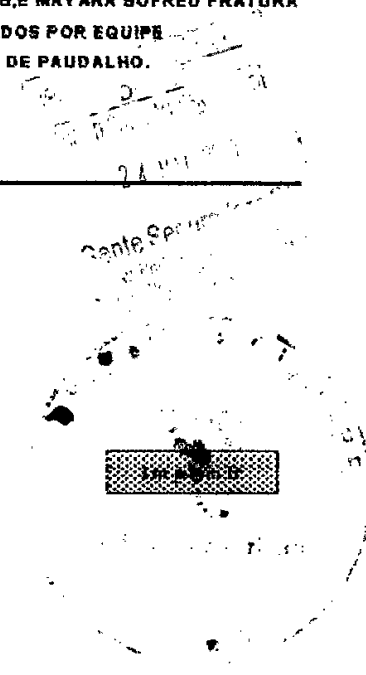
### Complemento / Observação

INFORMA O NOTICIANTE QUE AS VÍTIMAS ESTAVAM indo para suas residências, QUANDO FORAM SURPREENDIDO POR UM VEÍCULO QUE COLIDIU COM A MOTOCICLETA DA VÍTIMA, DERRUBANDO-OS AO CHÃO. ROSENILDO SOFREU FRATURA DE TÍBIA E FOI SOCORRIDO PELO SAMU PARA O HOSPITAL GETÚLIO VARGAS, E MAYARA SOFREU FRATURA DE HÚMERO E FOI SOCORRIDA PARA A UPA DE SÃO LOURENÇO, ONDE FORAM ATENDIDOS POR EQUIPE MÉDICA. REGISTRA O FATO PARA TER COBERTURA LEGAL. CASO AFETO A DELEGACIA DE PAUDALHO.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

  
**AMARO MANOEL DE OLIVEIRA**  
(NOTICIANTE)

B.O. registrado por: **CLAUDÊNIO CALIXTO DE PONTES** - Matrícula: **151806-2**





**SAMU  
192**

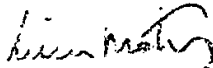
**Secretaria Municipal de Saúde de Paudalho  
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU**

### **DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO**

DA Nº.006/2018

Atendendo ao requerimento do paciente Sr. **ROSENILDO MIGUEL DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade RG nº 4.523.130 SSP/PE e inscrito no CPF/MF sob o nº **868.327.864-68**, declaramos que consta em nossos arquivos a ocorrência Nº **S-449248** que no dia 11 de março de 2018, foi atendido pelo nosso Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – Base Descentralizada Paudalho - SAMU Metropolitano do Recife, com história de ser vítima de acidente envolvendo moto e carro, por volta das 09:30h. em Estrada da Alegre, por trás da academia militar de Paudalho, encaminhado para o Hospital Getúlio Vargas – Recife – PE.

Paudalho, 04 de maio de 2018.

  
Mª Lúcia Matias Ferreira  
Coordenadora da Base SAMU  
COREN/PE – 42139







Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco

HOSPITAL

Getúlio Vargas



Paciente: ROSENILDO MIGUEL DA SILVA

Prontuário: 01079150

Data de Nascimento: 10/07/1974

Idade: 43a 10m 19d

Sexo: MASCULINO

## RELATÓRIO MÉDICO

O Paciente Supra-citado, foi atendido nesta data, com diagnostico de:

FRATURA GRAVE DE PLATO TIBIAL ( CID: S821)

APRESENTA DIFICULDADE NA FLEXO- EXTENSÃO

SEM CONDIÇÕES LABORAIS POR TEMPO INDETERMINADO

Feito o Exame de

Observação:

Dr. Danilo Azevedo  
Cir. de Joelho  
CRM: 15171

Recife, 29 DE MAIO DE 2018

DANILO FERNANDO FERREIRA AZEVEDO - CRM: Nº 15171

HOSPITAL GETULIO VARGAS - HGV  
Av Gal. San Martín, S/N - Cordeliro - Recife - PE - 50630-060  
CNPJ - 10.572.048/0005-51  
Fone - (81) 3184-5600





ROSENILDO MIGUEL DA SILVA		01079150	898003719848
553728	MASCULINO	43a 9m 1d	CLINICA TRAUMATOLOGICA, CLTRAU



**Relatório de Alta Hospitalar**  
ORTOPEDIA/TRAUMATO

**Diagnóstico:**

PACIENTE VÍTIMA DE ACIDENTE COM MOTOCICLETA EVOLUINDO COM FRATURA DE PLATÔ TIBIAL ESQUERDO

**Tratamento:**

11.03.2018 FIXAÇÃO EXTERNA TRANSARTICULAR DE JOELHO ESQUERDO  
06.04.2018 TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DE OSSOS DA PERNA(PLACA ALCP) +  
RETIRADA DE FIXADOR EXTERNO

**OBS:**

RETORNO EM 14 DIAS PARA AMBULATORIO DO DR DANILO .

**Condições Clínicas (no momento da Alta)**

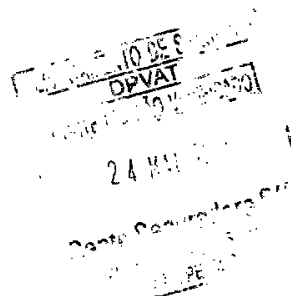
MELHORADO, BOAS CONDIÇÕES CLÍNICAS. ALTA EM USO DE XARELTO ; ANALGESIA ; CEFALEXINA

DATA DA INTERNAÇÃO	DATA DA ALTA
11/03/2018	10/04/2018

Recife, 10 DE ABRIL DE 2018


Dr. Andrey Freitas Duarte  
MÉDICO  
CRM-PE 8875

ANDREY FREITAS DUARTE - CRM: Nº.8875



HOSPITAL GETULIO VARGAS - HGV  
Av Gal. San Martín, S/N - Cordelro - Recife - PE - 50630-060  
CNPJ - 10.572.048/0005-51  
Fone - (81) 3184-5600



 Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco <b>HOSPITAL</b> <b>Getúlio Vargas</b>		NOME DA UNIDADE: <b>HOSPITAL GETÚLIO VARGAS</b> CGC Nº: <b>10.572.048/0005-51</b> <b>(03 vias)</b>	
<b>LAUDO PARA EMISSÃO DE AIH</b>			
CARTÃO SUS:		SENHA:	
NOME DO PACIENTE:			
DATA DE NASCIMENTO:	SEXO:	Nº DO REGISTRO:	
NOME DA MÃE:			
ENDEREÇO:			
Nº:	BLOCO:	APT:	BAIRRO:
MUNICÍPIO:		UF:	CEP:
<b>JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO</b>			
HISTÓRIA CLÍNICA:			
EXAME FÍSICO:			
PRINCIPAIS RESULTADOS DOS EXAMES COMPLEMENTARES:			
DIAGNÓSTICO PRINCIPAL:			
PROCEDIMENTO SOLICITADO		CÓDIGO	
DESCRIÇÃO DA CLÍNICA/ESPECIALIDADE		CARATER DA INTERNAÇÃO	
DATA: ____/____/____		DATA: ____/____/____	
CARIMBO E ASSINATURA DO MÉDICO SOLICITANTE DA INTERNAÇÃO		CARIMBO E ASSINATURA DO MÉDICO AUTORIZADOR	
<b>PARA USO DAS UNIDADES PÚBLICAS</b>			
<b>AUTORIZAÇÃO PARA INTERNAÇÃO EM UNIDADE COMPLEMENTAR</b>			
NOME DA UNIDADE:			
CARIMBO E ASSINATURA DO MÉDICO RESPONSÁVEL PELA ENCAMINHAMENTO		DATA DO ENCAMINHAMENTO	
Av. General San Martín s/n - Cordeiro Recife/PE - CEP 50.630-060 Fone: (081) 31848600			

HGV.1024 V.1.2013.





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Seção A da 4ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE  
- PE - CEP: 50080-800 - F:( )

Processo nº **0137222-46.2018.8.17.2001**

AUTOR: ROSENILDO MIGUEL DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**DESPACHO**

Defiro o pedido de justiça gratuita.

Designo a audiência de conciliação e mediação (prevista no art. 334 do CPC/2015) para o dia 11 de março de 2019, às 9 horas da manhã.

CITE-SE, pelos correios com AR, a parte demandada intimando-a para comparecer à audiência designada; e INTIME-SE a parte autora, no nome de seu advogado, por meio do Sistema PJe, para também comparecer à audiência designada.

Devem as partes, ambas, comparecer, à audiência designada, sob pena de multa de até 2% (dois por cento) sobre o valor da pretensão econômica ou sobre o valor da causa, a ser recolhida em favor do Estado por se tratar de ato atentatório à dignidade da Justiça (§ 8.º do art. 334).

Após expedidas a citação e a intimação, deve a Diretoria Cível do 1.º Grau remeter os autos digitais à Central de Conciliação, Mediação e Arbitragem (CCMA).

RECIFE, 3 de janeiro de 2019

Juiz(a) de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 4ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0137222-46.2018.8.17.2001  
AUTOR: ROSENILDO MIGUEL DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**INTIMAÇÃO DE DESPACHO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 4ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 39600713, conforme segue transcrito abaixo:

*" Defiro o pedido de justiça gratuita. Designo a audiência de conciliação e mediação (prevista no art. 334 do CPC/2015) para o dia 11 de março de 2019, às 9 horas da manhã. CITE-SE, pelos correios com AR, a parte demandada intimando-a para comparecer à audiência designada; e INTIME-SE a parte autora, no nome de seu advogado, por meio do Sistema PJe, para também comparecer à audiência designada. Devem as partes, ambas, comparecer, à audiência designada, sob pena de multa de até 2% (dois por cento) sobre o valor da pretensão econômica ou sobre o valor da causa, a ser recolhida em favor do Estado por se tratar de ato atentatório à dignidade da Justiça (§ 8.º do art. 334). Após expedidas a citação e a intimação, deve a Diretoria Cível do 1.º Grau remeter os autos digitais à Central de Conciliação, Mediação e Arbitragem (CCMA). RECIFE, 3 de janeiro de 2019 Juiz(a) de Direito "*

RECIFE, 7 de janeiro de 2019.

**ELIANE MARIA SANTOS RODARTE ANDRADE**  
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 4ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0137222-46.2018.8.17.2001  
AUTOR: ROSENILDO MIGUEL DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

RECIFE, 7 de janeiro de 2019.

**CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO**

**Destinatário(s):**

**Nome:** CIA EXCELSIOR SEGUROS DPVAT  
**Endereço:** AV MARQUÊS DE OLINDA, 175, RECIFE ANTIGO, RECIFE - PE - CEP: 50030-000

Através da presente, fica V. Sa. **CITADO(A)** para tomar ciência de todos os termos da ação em epígrafe, que tramita perante o Juízo acima indicado, e integrar a relação processual, bem como **INTIMADO(A)** para comparecer(em) na audiência de conciliação ou de mediação designada, tudo conforme decisão prolatada, em anexo, e diante da petição inicial, cujo teor pode ser consultado por meio do endereço eletrônico fornecido neste documento.

**Audiência:** Tipo: Conciliação Sala: Sala Audiência CEJUSC-5º andar Data: 11/03/2019 Hora: 09:00 .

**O b s e r v a ç õ e s :**

1. A ausência injustificada à audiência de conciliação ou de mediação é considerada **ato atentatório** à dignidade da justiça, punível com multa. (§ 8º do art. 334 da Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015).
2. A(O)(s) Ré(u)(s) deverá(ão) comparecer acompanhada(o)(s) de advogado ou defensor público e poderá(ão) constituir representante com poderes para negociar e transigir (§§ 9º e 10 do art. 334 da Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015).

**A d v e r t ê n c i a s :**

1. Demonstrado expressamente desinteresse na composição consensual pelo(a)(s) Autor(a)(es), na petição inicial, a audiência não será realizada caso a(o)(s) Ré(u)(s) também demonstre(m) expressamente seu desinteresse, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência da audiência acima designada (§§ 4º e 5º do art. 334 da Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015).
2. O prazo para responder a ação, querendo, é de **15 (quinze) dias**, contado da data da audiência quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; ou ainda, contado da data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência.

**Para acessar a Petição Inicial, siga os passos abaixo:**

- 1 – Acesse o link: <https://www.tje.jus.br/contrafe1g>
- 2 – No campo “Número do Documento”, digite: 18122613534867200000038972692



Obs.: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio da parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico: <https://pje.tjpe.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam>

A tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet: <http://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>

Eu, ELIANE MARIA SANTOS RODARTE ANDRADE, o digitei e o assino.

**ELIANE MARIA SANTOS RODARTE ANDRADE**  
***Diretoria Cível do 1º Grau***  
***Assina por ordem do(a) Juiz(a) de Direito da Vara***

---

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [ <https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.





## CONTESTAÇÃO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE / PE

Processo: 01372224620188172001

**SÚMULA 474 STJ:** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

**CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, empresa seguradora com sede à Av. Marques de Olinda, 175 - Bairro do Recife - Recife - PE - CEP: 50030-000, inscrita no CNPJ sob o número 33.054.826/0001-92 e **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ROSENILDO MIGUEL DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

### CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor:

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



### **BREVE SÍNTESE DA DEMANDA**

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **11/03/2018**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **19/05/2018**.

Cumpra esclarecer que após a devida análise da documentação apresentada a Seguradora, o médico perito avaliou como incompleta e parcial a lesão acometida pela vítima, o que por certo descaracteriza o pleito de indenização integral por seguro obrigatório DPVAT.

Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de **R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

### **PRELIMINARMENTE**

#### **DA TEMPESTIVIDADE**

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015<sup>1</sup>, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

### **DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO**

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

<sup>2</sup>[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;



## DO MÉRITO

### DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DO AUTOR

#### DAS DIVERGÊNCIAS DE INFORMAÇÕES NO BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Conforme dispõe o art. 385, NCPC/15, caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A Ré informa a necessidade de ser ouvida, pessoalmente, do autor sobre os fatos narrados na inicial, bem como toda documentação juntada aos autos, em especial o BOLETIM DE OCORRÊNCIA, uma vez que em análise a narrativa dos fatos, verifica-se que não restou conclusiva a dinâmica do acidente.

Portanto, para que não pairasse qualquer dúvida sobre a autenticidade do Boletim de Ocorrência apresentado aos autos, a Ré pugna a este d. Juízo que seja expedido ofício à Delegacia de Polícia na qual fora registrada a ocorrência, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.

#### DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar a indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC<sup>3</sup>.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

### DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, após a regulação do sinistro.

<sup>3</sup>“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



## PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

Número: 3180240814 Cidade: Paudalho Natureza: Invalidez Permanente  
Vítima: ROSENILDO MIGUEL DA SILVA Data do acidente: 11/03/2018 Seguradora: CIA EXCELSIOR DE SEGUROS

### PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 20/06/2018

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA DE PLATÔ TIBIAL ESQUERDO.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO E ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO FLEXO EXTENSÃO DO JOELHO ESQUERDO, HIPOTROFIA DA MUSCULATURA DA PERNA ESQUERDA, CICATRIZ CIRÚRGICA EM JOELHO ESQUERDO.

Sequelas: Com sequela

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas: APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEFICIT FUNCIONAL E ANATÔMICO MODERADO EM JOELHO ESQUERDO.

Documentos complementares:

Observações:

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um joelho	25 %	Em grau médio - 50 %	12,5%	R\$ 1.687,50
Total			12,5 %	R\$ 1.687,50

### PRESTADOR

Líder- Serviços AMD



Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

*“(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretroatável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”*

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, recorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito deve ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

#### **DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO**

Conforme ilação dos documentos acostados pelo requerente, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de **11/03/2018**. Ademais, **houve pagamento administrativo na razão de de R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**.

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais<sup>4</sup>.

<sup>4</sup>RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.



Por certo, a mencionada Lei 11.945/09 deverá ser aplicada ao caso concreto, em respeito ao princípio *tempus regit actum* (Art. 6º, §1º, LINDB).

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ<sup>5</sup>.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, a fim de dirimir o cerne da questão, qual seja, o percentual indenizável, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pelo autor é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral ao Autor, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado em seguida abatido o valor pago na seara administrativa na monta de **R\$ 1.687,50 (UM MIL E SEISCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**.

#### **DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA**

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios<sup>6</sup>, ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

<sup>5</sup>Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."

<sup>6</sup>"PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO PELA INSTÂNCIA REVISORA. **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br





Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

### **DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação<sup>7</sup>.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação<sup>8</sup>

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

### **DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar máximo de 15% (quinze por cento), nos termos do § 1º Art. 1º da Lei nº 1.060/50.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil, às hipóteses de casos de “fácil” instrução.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (Dez por cento), conforme supracitado.

### **CONCLUSÃO**

Considerando a sua criação com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT, requer a substituição do pólo passivo para que passe constar a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT.

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos do autor com fundamento no artigo 487 inciso I do CPC ante a quitação administrativa.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Súmula 474 do STJ.**

---

**INAPLICABILIDADE DO DIPLOMA LEGAL CONSUMERISTA ÀS RELAÇÕES DE SEGURO OBRIGATÓRIO.** Agravo de Instrumento interposto de decisão que em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT deferiu a inversão do ônus da prova. 1. Preliminar de ausência de interesse de agir não enfrentada pelo juízo a quo impede o exame pela instância revisora, sob pena de supressão de instância. 2. A contratação compulsória do seguro obrigatório DPVAT afasta a natureza consumerista da relação jurídica entre seguradora e segurado, e impossibilita a decretação da inversão do ônus da prova com base no artigo 6º, VIII, da Lei nº 8078/90. 3. Recurso a que se dá provimento, com base no artigo 557 § 1º-A do Código de Processo Civil, para afastar a inversão do ônus da prova decorrente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor. (TJ-RJ - AI: 00612946320148190000 RJ 0061294-63.2014.8.19.0000, Relator: DES. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA, Data de Julgamento: 12/01/2015, TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/01/2015).

<sup>7</sup>“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

<sup>8</sup>art. 1º. (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10%, consoante a previsão do art. 11, § 1º, da Lei 1.060/50.

Requer, outrossim, a produção de todos os meios de prova em direito admitidas e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do convênio de cooperação institucional celebrado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT nº014/2017

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome da patrona **DRA. RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO, OAB-PE 25393**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RECIFE, 16 de janeiro de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PE 4246**

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



### **QUESITOS DA RÉ**

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.



### TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					



## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE 4246, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR, inscrito na 30225 - OAB/PE, os poderes que lhes foram conferidos por **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **ROSENILDO MIGUEL DA SILVA**, em curso perante a **4ª VARA CÍVEL** da comarca de **RECIFE**, nos autos do Processo nº 01372224620188172001.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PE 4246

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Rio de Janeiro, 30 de Junho de 2018

Carta nº: 13030154

A/C: ROSENILDO MIGUEL DA SILVA

Nº Sinistro: 3180240814  
Vitima: ROSENILDO MIGUEL DA SILVA  
Data do Acidente: 11/03/2018  
Cobertura: INVALIDEZ  
Procurador: AMARO MANOEL DE OLIVEIRA

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: ROSENILDO MIGUEL DA SILVA

Valor: R\$ 1.687,50

Banco: 104

Agência: 000004739

Conta: 0000014516-6

Tipo: CONTA POUPANÇA

Memória de Cálculo:

Multa:	R\$	0,00
Juros:	R\$	0,00
Total creditado:	R\$	1.687,50

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um joelho 25%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 25%) 12,50%

Valor a indenizar: 12,50% x 13.500,00 =	R\$	1.687,50
---	-----	----------

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br).

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00491/00492 - carta\_15R - INVALIDEZ

00020246



## JUNTADA DE SUBS E CARTA DE PREPOSIÇÃO





## **JOÃO BARBOSA** Advogados Associados

### **João Barbosa**

João Paulo Martins  
Joselaine Maura Figueiredo  
Fernando de Freitas Barbosa  
Flávia Nonato Roberto  
Osmar da Silva Aquino  
Adriana França da Costa

Cristina de Oliveira Ferreira  
Evelyn I. Castillo Arevalo  
Gabrielle Guimarães de Souza  
Roberta Cunha Marinho  
Ananda Dias Mendes  
Alessandra Modolo  
Amanda de Oliveira M. José

Noêmia Fraga Teixeira  
Juliana Justo de Oliveira  
Taisa Nery Silva  
Rafaela F. Villas Boas Chagas  
Klarissa M. C. Campos Ferreira  
Deolindo Barreto Lima Neto  
Michelle Galvão da Silva de Souza

Darlan Alves Moulin  
Giovanna de Andrade Ribeiro  
Isabel Alves da Rocha  
Isabel Teixeira das Chagas  
Lidiane da Silva Erves  
Cristiane M. Saunier Flosi  
Paloma Baptista de Oliveira

## **SUBSTABELECIMENTO**

Substabeleço, com reserva de iguais, os Drs. Cláudio César de Andrade, Rafaella Barbosa, Antônio Yves Cordeiro de Mello, Flávia Vasconcelos de Lima Barbosa, Rosana Maria Ferreira dos Santos, Natália Barbosa Pessoa de Melo, Camilla Barbosa Pessoa de Melo, Susane Fonseca, Rafael Câmara Albuquerque Alheiros, todos brasileiros, inscritos na OAB/PE respectivamente sob os nºs 3705, 25393, 30225, 13049-D, 14284, 31251, 30701, 27462 e 31893, com endereço profissional Rua Quarenta e Oito, nº 138, Espinheiro, Recife-PE, os poderes que me foram outorgados por COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, nos autos (Processo Nº 1372224620188172001) da AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT promovida por ROSENILDO MIGUEL DA SILVA, em trâmite no da Comarca de Recife-PE.

Recife/PE, 08 de Março de 2019

João Alves Barbosa Filho  
OAB/PE Nº 4246

---

Rua São José, 90 – Grupo 810/812 – CEP: 20010-020 – Rio de Janeiro/RJ  
Telefone: 55 21 2117 4444 / Fax: 55 21 2117 4422 – E-mail: corporativo@joaobarbosaadvass.com.br



## **CARTA DE PREPOSIÇÃO**

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, inscrita no CNPJ/MF sob o N° 33.054.826/0001-92, com sede à AV. MARQUES DE OLINDA, N° 175 , RECIFE ANTIGO, Recife/PE, por seu procurador abaixo assinado, com poderes especiais, constitui preposto o(a) Sr(a) Dayvson Ricardo Farias Branco, brasileiro(a) portador(a) do RG N° 7797065 SDS/PE podendo representar a outorgante na <<audiencia>> designada para o dia , bem como nas demais que se sucederem, nos autos da reclamação (Processo N° 1372224620188172001) promovida por ROSENILDO MIGUEL DA SILVA contra COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, em trâmite no da Comarca de Recife-PE, conferindo-lhe poderes para prestar depoimento pessoal em nome da outorgante, declarar ou ratificar atos, confessar, transigir, tirar fotocópias, retirar autos, enfim, praticar todos os atos inerentes ao desempenho da presente.

Recife/PE, 08 de Março de 2019

João Alves Barbosa Filho  
OAB/PE N° 4246





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Recife**

Fórum Des. Rodolfo Aureliano - Av. Des. Guerra Barreto, S/N, Ala Norte - Joanna Bezerra, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE -  
PE - CEP: 50090-700 - F:(81) 31810780

Processo nº **0137222-46.2018.8.17.2001**

AUTOR: ROSENILDO MIGUEL DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

## **CERTIDÃO**

Certifico, para os devidos fins de direito, que acostei aos autos, nesta data, o Termo de Audiência **NÃO realizada**, o qual segue devidamente assinado pelos presentes. Por ordem da Exma. Juíza Coordenadora, devolvo os autos a Vara de Origem. O certificado é verdade e dou fé.

Recife, 11 de março de 2019.

Conciliador/Mediador





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano**  
**Central de Conciliação, Mediação e Arbitragem do Recife**  
R. Des. Guerra Barreto, s/nº - Ilha do Leite - Recife/PE - CEP: 50090-700 - 5º andar - Ala  
Norte - Telefone (81) 3181.0780

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO/CONCILIAÇÃO**


**PROCESSO Nº** 0137222-46.2018.8.17.2001  
**Demandante:** ROSENILDO MIGUEL DA SILVA  
**Demandada:** COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS  
**VARA DE ORIGEM:** Seção A da 4ª Vara Cível da Capital.  
**Mediadora/ Conciliadora responsável:** ALAÍDE LIMA

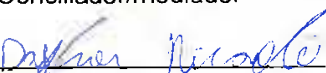
**TERMO DE AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO/CONCILIAÇÃO**

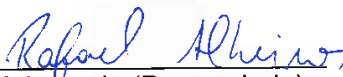
Apregoadas as partes às 09h00, reiterado o pregão oral às 09h10 deu-se por aberta a presente Audiência de Mediação/Conciliação, nos moldes do art. 334 do CPC, sob a responsabilidade do(a) Conciliador(a) ALAÍDE LIMA, na qual ausente a parte demandante. Presente a parte demandada, representada por seu preposto Sr. Dayvson Ricardo Farias Branco, portador do RG de nº 7797065 SDS/PE acompanhado pelo Advogado Dr. Rafael Câmara Albuquerque Alheiros OAB/PE 31893.

Ausente a parte demandante e presente a parte demandada, restou prejudicada a realização da conciliação. Nada mais havendo, declaro encerrado o presente termo que segue devidamente assinado pelas partes presentes.

Recife, 11 de março de 2019.

  
Conciliador/mediador

  
Demandado (preposto)

  
Advogado (Demandado)





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção A da 4ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0137222-46.2018.8.17.2001  
AUTOR: ROSENILDO MIGUEL DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**ATO ORDINATÓRIO**

Em cumprimento ao disposto no Provimento do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco nº 08/2009, publicado no DOPJ de 09/06/2009, e nos termos do art. 152, VI, e do art. 203, § 4º ambos da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, intimo o(a)(s) Autor(a)(es)/Exequente(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar(em)-se sobre a(s) contestação(ões) e documento(s) por ventura anexados, bem como apresentar(em) resposta a(s) reconvenção(ões), caso apresentada(s).

RECIFE, 27 de março de 2019.

**ANDRE GONCALVES LOBATO**  
**Diretoria Cível do 1º Grau**



**EXMO.: DR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA CAPITAL**

**PROCESSO: 0137222-46.2018.8.17.2001**

**ROSENILDO MIGUEL DA SILVA**, já qualificado nos autos do processo acima epigrafado, vem por seu advogado, em obediência a intimação de ID , apresentar:

### **RÉPLICA à CONTESTAÇÃO DE ID**

À Contestação, oposta pela **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS E SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, nos seguintes termos

### **DA TEMPESTIVIDADE**

Inicialmente esclarece o Autor a tempestividade da presente, já que devidamente intimada, através do seu patrono, quando do conhecimento do despacho, para falar sobre a contestação, no prazo de 10 (dez) dias, por tanto, devidamente tempestiva a protocolização na data de hoje 28/03/2019.

### **DA PRELIMINAR**

Com relação às preliminares suscitadas, não merecem apreço tendo em vista não trazerem algo que prejudique o mérito da presente ação, sendo assim deve todas serem rejeitadas.

Devendo este juízo **NOMEAR PERITO JUDICIAL, visto que EXISTE CONVÊNIO FIRMADO JUNTO AS SEGURADORAS, disposto no ato da presidência 05/2015 TJPE** designado por V. Exa., informando ao juízo o grau de debilidade no percentual de 0 a 100% (cem por cento).

### **DAS RAZÕES PARA RÉPLICA**

1. Como já devidamente esclarecido o autor foi vítima de acidente automobilístico, sofrendo lesões corporais onde, em atendimento médico fora constatado **UMA SÉRIE DE LESÕES GRAVES**, que resultou em **DEFORMIDADE PERMANENTE**, conforme boletim de ocorrência e perícia, em anexos.

2. Tendo requerido administrativamente a liberação da INTEGRALIDADE do valor da indenização do seguro DPVAT, **por invalidez PERMANENTE**.

3. Sendo paga a quantia administrativa o que contraria o texto legal, motivo pelo qual propõe a presente ação, afim de receber o complemento do valor que, por lei, lhe é devido. De acordo com a tabela instituída pela **Lei nº. 11945/2009**

5. Em consonância ao que dispõe a Lei 6.194/74 (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoa transportada ou não); conforme art. 3, alínea “b” que dispõe:

“Art. 3º. Os danos pessoais coberto pelo seguro estabelecido no art. 2 compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que seguem, por pessoa vitimada:

(...)

**b) até 40 (quarenta) salários mínimos– no caso de invalidez permanente:**



6. A jurisprudência a respeito da pretensão em comento. Assim reza:

***Enunciado nº 26 TJMA – Não se aplicará a tabela anexa da Lei nº. 11945/2009 porque infringe o princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento básico do estado de direito da República Federativa do Brasil. (Aprovado em reunião em 31/08/09).***

**SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APELAÇÃO CÍVEL 7656/95 - Reg. 46-2 Cod. 95.001.07656 SEXTA CÂMARA - Unânime Juiz: RONALD VALLADARES - Julg: 12/12/95 INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. D.P.V.A.T. Ação de cobrança de indenização securitária (caso do DPVAT sob a disciplina do art. 7. da Lei n. 6194/74, com as alterações da Lei 8441/92) Seguro obrigatório e de interesse social. Requerente sucessor legítimo de vítima de acidente (queda de caminhão) ocorrido quando estava sendo transportada em veículo automotor em circulação. Caso de morte causada apenas por veículo não identificado. Dever legal da companhia seguradora, que opera no ramo do referido seguro obrigatório, de indenizar, considerado o disposto no art. 7., parags. 1. e 2. , da Lei 6194. Requisitos e condições da ação comprados nos autos. Inexistência de inconstitucionalidade dos dispositivos legais instituidores da modalidade indenizatória do seguro.**

**SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APELAÇÃO CÍVEL 4550/96 - Reg. 3204-1 Cod. 96.001.04550 QUARTA CÂMARA - Unânime Juiz: PAULO GUSTAVO REBELLO HORTA - Julg: 27/06/96 DPVAT. FALTA DE CONTRATAÇÃO DO SEGURO. LEI N. 8441/92. INCONSTITUCIONALIDADE. INOCORRENCIA. A Lei n. 8441/92 não conflita com o art. 192 da Constituição da Republica nem contraria a essência do contrato de seguro, previsto no art. 1432 do Código Civil, nos casos em que o seguro não se acha realizado ou vencido, pois a constituição obrigatória do consórcio de seguradoras foi criado justamente para cobrir a indenização por pessoas acidentadas, independente do pagamento do prêmio. Inconstitucionalidade rejeitada. A indenização por morte em acidente de transito e devida, mediante simples prova do acidente, ainda que não recolhido o DPVAT. Cabe a seguradora acionada reaver do consórcio o que tiver satisfeito em face da aplicação do art. 7. da Lei n. 8441/92.**

**SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APELAÇÃO CÍVEL 6208/96 - Reg. 3628-3 Cod. 96.001.06208 TERCEIRA CÂMARA - Unânime Juiz: ANTÔNIO JOSÉ A. PINTO - Julg: 19/09/96 COBRANÇA. QUANTIAS INDENIZATORIAS. SEGURO DPVAT. Ação de cobrança de quantias indenizatorias a titulo de seguro obrigatório - DPVAT. Pedido indenizatorio que se fez correto, de acordo com a Lei 6194/74, modificada pela Lei 8441/92. Responsabilidade da seguradora ora apelada, que, inclusive, não nega o dever de indenizar a autora, apenas, divergindo quanto ao valor cobrado. A existência do consórcio de empresas seguradoras tornou possível reclamar-se a indenização de qualquer uma das empresas conveniadas. Apelo da ré que se da provimento para reformar a sentença de primeiro grau.**

7. No que concerne ao posicionamento do **Superior Tribunal de Justiça**, há de ser posto o seguinte

**SÚMULA n. 229: O pedido do pagamento de indenização à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão**

**SÚMULA n. 257:** A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.

**Terceira Turma do STJ. VEÍCULO AUTOMOTOR. DPVAT. LEGITIMIDADE PASSIVA.** A Turma desproveu o recurso, entendendo que, no trato de ação de indenização referente ao seguro obrigatório de veículo, qualquer seguradora do sistema tem legitimidade passiva. E, ainda, quanto ao valor de cobertura do **DPVAT**, seria de quarenta salários mínimos, inexistindo incompatibilidade com a Lei n. 6.194/1974 e demais normas que impedem o uso do salário mínimo como parâmetro de



correção monetária. Precedentes citados: REsp 602.165-RJ, DJ 13/9/2004; REsp 579.891-SP, DJ 8/11/2004, e REsp 153.209-RS, DJ 2/2/2004. **AgRgno Ag 742.443-RJ, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 4/4/2006.**

**QUARTA TURMA. DPVAT. SALÁRIOS MÍNIMOS.** Discute-se o valor da cobertura correspondente ao seguro obrigatório-DPVAT, em razão de atropelamento fatal que vitimou a esposa do autor. A Segunda Seção, por maioria, decidiu que a fixação da cobertura do DPVAT em salários mínimos não infringe a legislação, porquanto se cuida de mero critério indenizatório, de cunho legal e específico dessa natureza de cobertura, sem característica de indexação inflacionária. A jurisprudência inclinou-se em considerar como não representativo de quitação total o recibo dado em caráter geral, para afastar um direito que é assegurado por força de lei ao credor, caso do DPVAT (art. 3º, a, da Lei n. 6.194/1974). Precedentes citados: REsp 129.182-SP, DJ 30/3/1998; REsp 195.492-RJ, DJ 21/8/2000, e REsp 257.596-SP, DJ 16/10/2000. **REsp 296.675-SP, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, julgado em 20/8/2002.**

8. Decidiu o STJ sobre a matéria, julgando o RESP 2966785/SP:

"CIVIL.SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. INDENIZAÇÃO LEGAL. CRITÉRIO. VALIDADE. LEI N.6194/74. RECIBO. QUITAÇÃO. SALDO REMANESCENTE. I. O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixados consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei n.6.194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. Precedente da 2ª Seção do STJ (Resp n.146.186/RJ, Rel. p.Acórdão Min. Aldir Passarinho Junior, por maioria, julgado em 12.12.2001). II. O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que rege a espécie. III. Recurso especial conhecido e provido."

9. Há de se ressaltar que, os documentos anexados a peça vestibular por si só esclarecem e descrevem a debilidade permanente, resultado do acidente ocorrido em 21/03/2015, através de atestado médico particular ao id., boletim de emergência ao id. e Boletim de Ocorrência Policial.

10. Eis que surge nova Lei 11.482/2007 e manda definir os percentuais cabíveis de indenização por lesões sofridas físicas ou psíquicas. A nova Lei, desastrosa, veio inconstitucional, coletada pelos magistrados do Maranhão e do Pará. Como é possível dividir o ser humano em partes para efeitos indenizatório, sem ofender a dignidade da pessoa humana? Não pode se levar em consideração tal afronta ao ser humano.

11. Ao nosso sentir pode prever situações gradativas de indenização, todavia, a falta de uma mão já caracteriza invalidez permanente, a perda de um órgão vital do abdômen também é invalidez permanente, a lesão na cabeça que interfira na memória da pessoa, mesmo que pacientemente, também é invalidez permanente. Somente podemos começara a entender o espírito da Lei 11.482/2007, quanto a invalidez permanente, se seguirmos os seguintes sentidos.

12. Vivemos de trabalho, laser, esportes, conservamos a estética do modelo de beleza, leitura, memória para o trabalho ou interações sociais entre outras. Tudo que afeta a capacidade de trabalho, a capacidade de laser na sua plenitude, o aformoseamento estético da pessoa como cicatrizes a mostra, quanto a psíquica, a saúde, a prática de esportes, não importando qual. Então tudo o que afete o que foi acima aludido induz a invalidez permanente em 100%.

#### DA PERÍCIA MEDICO TRAUMATOLÓGICA

13. Oportunamente a parte Autora, renova o pedido de realização perícia médica, já requerido na exordial no item "4" do rol dos pedidos, para a **NOMEAÇÃO DE PERITO JUDICIAL, visto que EXISTE CONVÊNIO FIRMADO JUNTO AS SEGURADORAS, disposto no ato da presidência 05/2015 TJPE**, onde consta o valor previamente estabelecido de R\$ 200,00 para cada perícia realizada,





para realizar perícia no autor e fornecê-la no prazo designado por V. Exa., informando ao juízo o grau de debilidade no percentual de 0 a 100% (cem por cento).

#### **DOS PEDIDOS**

14. Ante ao exposto, renovamos a procedência dos pedidos formulados na inicial e consequentemente a condenação da Ré, **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS E SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A** a pagar ao Autor, o valor complementar a título de seguro DPVAT em conformidade a legislação vigente, em conformidade com a Lei nº 11.945/2009

Pede e espera deferimento.

Recife, 25 de março de 2019.

**ABRAÃO FIRMINO DO NASCIMENTO**

**OAB/PE 39.668**

[nascimentoabraao@hotmail.com](mailto:nascimentoabraao@hotmail.com)





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Seção A da 4ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE  
- PE - CEP: 50080-800 - F: ( )

Processo nº **0137222-46.2018.8.17.2001**

AUTOR: ROSENILDO MIGUEL DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**DECISÃO**

Determino a produção antecipada de prova pericial (art. 370, caput, NCPC), indispensável para o deslinde do feito, conforme estabelecido no art. 5, §5º da lei 6.194/1974, uma vez que, nos termos do art. 381 do NCPC, “A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: (...) II – a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito”. Assim, NOMEIO para realização da prova pericial o médico DR. PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO, CRM Nº 16868, com endereço e demais dados pessoais já do conhecimento da Secretaria deste Juízo, para, independentemente de compromisso, atuar no presente procedimento como perito(a)(s) oficial(a)(s), objetivando a realização de perícia médica para verificação e quantificação da invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, no tocante à pessoa do(a) demandante, em conformidade com a Lei n. 6.194/74.

Intimem-se as partes para que tomem conhecimento da indicação dos peritos e, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, indiquem os assistentes técnicos e apresentem os quesitos, como dispõe o art. 465, §1º, do CPC. Fixo o valor dos honorários periciais em R\$ 300,00 (trezentos) reais, em favor do(s) perito(s) que subscrever(em) o laudo pericial, valor este a ser custeado pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT em razão do seu compromisso firmado perante com o Tribunal de Justiça de Pernambuco, nesse sentido, conforme os termos do convênio 014/2017, publicado no DJE de 06/04/2017.

Notifique-se, por qualquer meio de comunicação, o perito oficial para que informe a data e hora de realização da perícia.

Assim que o perito informar, nos autos, a data e hora em que dará início à realização da perícia, INTIMEM-SE as partes para que tomem conhecimento (NCPC, art. 474). Considerando as peculiaridades do caso, poderá o perito notificar diretamente as partes acerca da data e hora de início de realização da perícia, devendo acostar as respectivas notificações ao seu laudo pericial.

O(s) laudo(s) respectivo(s) deverá(ão) ser apresentado(s) dentro do prazo de 30 (trinta) dias, digitado ou em letra de forma (resolução 1601/2000, CFM, art. 39 e Código de Ética Médica, 3º Capítulo, art. 11), a contar da data indicada para início dos trabalhos.

Considerando que a realização da perícia neste momento processual visa à autocomposição,



oportunizarei às partes a manifestação sobre o laudo, após a realização da audiência a que alude o art. 334, N C P C .

Com fulcro no art. 470, II do CPC, formulo como quesitos do juízo as seguintes indagações:

Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

Qual(quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s)?

Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação? Quais?

Pelo exame médico legal, pode-se afirmar que as lesões resultaram em dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s)? Em caso positivo, informar quais as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

Faz-se necessário exame complementar?

Promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais suscetível(is) a tratamento e que sejam geradoras de anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), em conformidade com a Lei 11.945/2009 e o seu segundo anexo, indicando se: (i) o dano é total ou parcial? (ii) Sendo parcial, se é completo ou incompleto? (iii) e informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, em conformidade com a alínea II, § 1º, do art. 3º, da Lei 6.194/74, correlacionando o percentual do seu respectivo dano, em cada segmento corporal, esclarecendo se a repercussão do dano é residual (10%), leve (25%), média (50%), ou intensa (75%)?

Com a juntada aos autos do laudo pericial, INTIME-SE, por carta com AR, a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT para que, em conformidade com o compromisso firmado perante com o Tribunal de Justiça de Pernambuco, consoante os termos da resposta ao Ofício nº 005/2015 –CGSRCAC, efetue, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da sua intimação, o pagamento dos honorários periciais no valor de R\$300,00 (trezentos reais), mediante depósito judicial, cujos dados se encontram nos arquivos da Secretaria desta Vara, os quais deverão constar da carta de intimação.

Intimem-se e cumpra-se, como devido.

RECIFE, 16 de abril de 2019.

Juiz(a) de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção A da 4ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0137222-46.2018.8.17.2001  
AUTOR: ROSENILDO MIGUEL DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**CERTIDÃO HABILITAÇÃO PERITO**

Certifico, para os devidos fins de direito, que, nesta data, procedi à habilitação do(a)(s) perito(a)(s) PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO.

RECIFE, 17 de abril de 2019.

**ELIANE MARIA SANTOS RODARTE ANDRADE**  
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

### DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 4ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0137222-46.2018.8.17.2001  
AUTOR: ROSENILDO MIGUEL DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

#### INTIMAÇÃO DE DECISÃO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 4ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Decisão de ID 43914041, conforme segue transcrito abaixo:

*"Determino a produção antecipada de prova pericial (art. 370, caput, NCPC), indispensável para o deslinde do feito, conforme estabelecido no art. 5, §5º da lei 6.194/1974, uma vez que, nos termos do art. 381 do NCPC, "A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: (...) II – a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito". Assim, NOMEIO para realização da prova pericial o médico DR. PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO, CRM Nº 16868, com endereço e demais dados pessoais já do conhecimento da Secretaria deste Juízo, para, independentemente de compromisso, atuar no presente procedimento como perito(a)(s) oficial(a)(s), objetivando a realização de perícia médica para verificação e quantificação da invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, no tocante à pessoa do(a) demandante, em conformidade com a Lei n. 6.194/74. Intimem-se as partes para que tomem conhecimento da indicação dos peritos e, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, indiquem os assistentes técnicos e apresentem os quesitos, como dispõe o art. 465, §1º, do CPC. Fixo o valor dos honorários periciais em R\$ 300,00 (trezentos) reais, em favor do(s) perito(s) que subscrever(em) o laudo pericial, valor este a ser custeado pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT em razão do seu compromisso firmado perante com o Tribunal de Justiça de Pernambuco, nesse sentido, conforme os termos do convênio 014/2017, publicado no DJE de 06/04/2017. Notifique-se, por qualquer meio de comunicação, o perito oficial para que informe a data e hora de realização da perícia. Assim que o perito informar, nos autos, a data e hora em que dará início à realização da perícia, INTIMEM-SE as partes para que tomem conhecimento (NCPC, art. 474). Considerando as peculiaridades do caso, poderá o perito notificar diretamente as partes acerca da data e hora de início de realização da perícia, devendo acostar as respectivas notificações ao seu laudo pericial. O(s) laudo(s) respectivo(s) deverá(ão) ser apresentado(s) dentro do prazo de 30 (trinta) dias, digitado ou em letra de forma (resolução 1601/2000, CFM, art. 39 e Código de Ética Médica, 3º Capítulo, art. 11), a contar da data indicada para início dos trabalhos. Considerando que a realização da perícia neste momento processual visa à autocomposição, oportunizarei às partes a manifestação sobre o laudo, após a realização da audiência a que alude o art. 334, NCPC. Com fulcro no art. 470, II do CPC, formulo como quesitos do juízo as seguintes indagações: Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre? Qual(uais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s)? Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação? Quais? Pelo exame médico legal, pode-se afirmar que as lesões resultaram em dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s)? Em caso positivo, informar quais as limitações físicas irreparáveis e definitivas*



*presentes no patrimônio físico da vítima. Faz-se necessário exame complementar? Promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais suscetível(is) a tratamento e que sejam geradoras de anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), em conformidade com a Lei 11.945/2009 e o seu segundo anexo, indicando se: (i) o dano é total ou parcial? (ii) Sendo parcial, se é completo ou incompleto? (iii) e informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, em conformidade com a alínea II, § 1º, do art. 3º, da Lei 6.194/74, correlacionando o percentual do seu respectivo dano, em cada segmento corporal, esclarecendo se a repercussão do dano é residual (10%), leve (25%), média (50%), ou intensa (75%)? Com a juntada aos autos do laudo pericial, INTIME-SE, por carta com AR, a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT para que, em conformidade com o compromisso firmado perante com o Tribunal de Justiça de Pernambuco, consoante os termos da resposta ao Ofício nº 005/2015 –CGSRCAC, efetue, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da sua intimação, o pagamento dos honorários periciais no valor de R\$300,00 (trezentos reais), mediante depósito judicial, cujos dados se encontram nos arquivos da Secretaria desta Vara, os quais deverão constar da carta de intimação. Intimem-se e cumpra-se, como devido. RECIFE, 16 de abril de 2019. Juiz(a) de Direito"*

RECIFE, 17 de abril de 2019.

**ELIANE MARIA SANTOS RODARTE ANDRADE**  
**Diretoria Cível do 1º Grau**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 4ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0137222-46.2018.8.17.2001  
AUTOR: ROSENILDO MIGUEL DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**INTIMAÇÃO - NOMEAÇÃO PERITO**

Ilmo Sr., em face da Decisão de ID 43914041 proferida nos autos do processo nº 0137222-46.2018.8.17.2001 da Seção A da 4ª Vara Cível da Capital, ajuizado por AUTOR: ROSENILDO MIGUEL DA SILVA contra RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, fica a V.S.ª notificado(a) de sua nomeação como perito, bem como INTIMADO(A) do inteiro teor do Despacho que segue transcrito abaixo:

"Determino a produção antecipada de prova pericial (art. 370, caput, NCPC), indispensável para o deslinde do feito, conforme estabelecido no art. 5, §5º da lei 6.194/1974, uma vez que, nos termos do art. 381 do NCPC, "A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: (...) II – a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito". Assim, NOMEIO para realização da prova pericial o médico DR. PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO, CRM Nº 16868, com endereço e demais dados pessoais já do conhecimento da Secretaria deste Juízo, para, independentemente de compromisso, atuar no presente procedimento como perito(a)(s) oficial(a)(s), objetivando a realização de perícia médica para verificação e quantificação da invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, no tocante à pessoa do(a) demandante, em conformidade com a Lei n. 6.194/74. Intimem-se as partes para que tomem conhecimento da indicação dos peritos e, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, indiquem os assistentes técnicos e apresentem os quesitos, como dispõe o art. 465, §1º, do CPC. Fixo o valor dos honorários periciais em R\$ 300,00 (trezentos) reais, em favor do(s) perito(s) que subscrever(em) o laudo pericial, valor este a ser custeado pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT em razão do seu compromisso firmado perante com o Tribunal de Justiça de Pernambuco, nesse sentido, conforme os termos do convênio 014/2017, publicado no DJE de 06/04/2017. Notifique-se, por qualquer meio de comunicação, o perito oficial para que informe a data e hora de realização da perícia. Assim que o perito informar, nos autos, a data e hora em que dará início à realização da perícia, INTIMEM-SE as partes para que tomem conhecimento (NCPC, art. 474). Considerando as peculiaridades do caso, poderá o perito notificar diretamente as partes acerca da data e hora de início de realização da perícia, devendo acostar as respectivas notificações ao seu laudo pericial. O(s) laudo(s) respectivo(s) deverá(ão) ser apresentado(s) dentro do prazo de 30 (trinta) dias, digitado ou em letra de forma (resolução 1601/2000, CFM, art. 39 e Código de Ética Médica, 3º Capítulo, art. 11), a contar da data indicada para início dos trabalhos. Considerando que a realização da perícia neste momento processual visa à autocomposição, oportunizarei às partes a manifestação sobre o laudo, após a realização da audiência a que alude o art. 334, NCPC. Com fulcro no art. 470, II do CPC, formulo como quesitos do juízo as seguintes indagações: Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre? Qual(uais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s)? Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação? Quais? Pelo exame médico legal, pode-se afirmar que as lesões resultaram em dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s)? Em caso positivo, informar quais as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima. Faz-se necessário exame complementar? Promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais suscetível(is) a tratamento e que sejam geradoras de anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), em conformidade com a Lei 11.945/2009 e o seu segundo anexo, indicando se: (i) o dano é total ou parcial? (ii) Sendo parcial, se é completo ou incompleto? (iii) e informar o grau de incapacidade definitiva da



*vitima, em conformidade com a alínea II, § 1º, do art. 3º, da Lei 6.194/74, correlacionando o percentual do seu respectivo dano, em cada segmento corporal, esclarecendo se a repercussão do dano é residual (10%), leve (25%), média (50%), ou intensa (75%)? Com a juntada aos autos do laudo pericial, INTIME-SE, por carta com AR, a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT para que, em conformidade com o compromisso firmado perante com o Tribunal de Justiça de Pernambuco, consoante os termos da resposta ao Ofício nº 005/2015 –CGSRCAC, efetue, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da sua intimação, o pagamento dos honorários periciais no valor de R\$300,00 (trezentos reais), mediante depósito judicial, cujos dados se encontram nos arquivos da Secretaria desta Vara, os quais deverão constar da carta de intimação. Intimem-se e cumpra-se, como devido. RECIFE, 16 de abril de 2019. Juiz(a) de Direito”“*

O laudo deverá ser inserido nos autos no formato PDF com menos de 1,5mb cada arquivo.

Atenciosamente

RECIFE, 17 de abril de 2019.

**ELIANE MARIA SANTOS RODARTE ANDRADE**  
**Diretoria Cível do 1º Grau**





**Aceito o encargo e informo abaixo data para realização da perícia.**

**Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho**, CRM-PE 16.868, CPF: 009.226.694-06, PIS/PASEP [19033820407](#), médico perito judicial, nomeado por Vossa Excelência para atuar como perito no processo em epígrafe vem, de acordo com a ementa solicitar que a notificação das partes ocorra pelo Tribunal de Justiça.

'Conforme julgado recente do Superior Tribunal de Justiça, nos autos do REsp 1.364.911-GO, veiculado no Informativo nº 589, o comparecimento e submissão à perícia, por ser ato que incumbe exclusivamente à parte, demanda que esta seja intimada pessoalmente para a sua realização.

Vide a ementa:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. INTIMAÇÃO PARA PERÍCIA MÉDICA EM AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO [DPVAT](#). Em ação de cobrança de seguro [DPVAT](#), a intimação da parte para o comparecimento à perícia médica deve ser pessoal, e não por intermédio de advogado. Consoante determina a legislação processual civil, a intimação é "o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e termos do processo, para que faça ou deixe de fazer alguma coisa" (art. 234 do [CPC/1973](#); e art. 269 do [CPC/2015](#)). O diploma processual também disciplina os meios pelos quais devem ser feitas as intimações, tais como, pelo escrivão, oficial de justiça, correio, publicação na imprensa oficial ou até mesmo por ocasião da audiência. A doutrina distingue as intimações meramente comunicativas, que criam ônus e dão início à contagem de prazos processuais, daquelas que ordenam condutas e geram deveres para a parte intimada. Nesse ponto, destaca-se que o ato processual em questão se trata de intimação para a prática de uma conduta pessoal da parte, qual seja: o comparecimento para a realização de perícia médica. Dessa forma, por se tratar de ato que deve necessariamente ser realizado pela parte interessada (ato personalíssimo), não se mostra suficiente a intimação por intermédio de advogado. Acerca disso, há doutrina no sentido de que: "Não valem as intimações feitas à parte quando o ato processual a praticar deve ser do advogado. A *contrario sensu*, não pode ser a intimação feita ao representante processual, se o ato deve ser pessoalmente praticado pela parte". Nessa linha, a parte deve ser intimada pessoalmente para comparecer à perícia médica designada, visto que não se trata de uma intimação meramente comunicativa, mas sim de uma ordem para a prática de uma conduta que, frisa-se, somente pode ser realizada pessoalmente pela parte interessada. Assim, a intimação pessoal da parte que será submetida ao exame pericial revela-se indispensável, por se tratar de ato personalíssimo, cuja intimação não pode ser suprida por intermédio do advogado. Precedente citado: REsp 1.309.276-SP, Terceira Turma, DJe 29/4/2016. [REsp 1.364.911-GO](#), Rel. Min. Marco Buzzi, por unanimidade, julgado em 1/9/2016, DJe 6/9/2016.

Informo que a perícia será realizada no dia 04/07/2019 (quinta-feira), no horário entre 08h e 10h, por ordem de chegada, na Rua General Joaquim Inácio, 830, sl 812, Empresarial The Plaza Business Center, Ilha do Leite, Recife- PE, telefone: 81 4101-0698 (empresarial localizado quase em frente ao restaurante Skillus da Ilha do Leite). Deverá comparecer levando todos os seus exames (inclusive Raio X, se tiver) e documentos relacionados ao acidente.

Nesses termos

Pede deferimento.

Recife, 17 de abril de 2019.

***Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho***

***CRM 16.868***

***Médico Perito***





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção A da 4ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0137222-46.2018.8.17.2001  
AUTOR: ROSENILDO MIGUEL DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**ATO ORDINATÓRIO- PERÍCIA**

Em cumprimento ao disposto no Provimento do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco nº 08/2009, publicado no DOPJ de 09/06/2009, e nos termos do art. 152, VI, e do art. 203, § 4º ambos da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, intimo as partes para tomarem ciência da data da perícia, a ser realizada *"no dia 04/07/2019 (quinta-feira), no horário entre 08h e 10h, por ordem de chegada, na Rua General Joaquim Inácio, 830, sl 812, Empresarial The Plaza Business Center, Ilha do Leite, Recife- PE, telefone: 81 4101-0698 (empresarial localizado quase em frente ao restaurante Skillus da Ilha do Leite). Deverá comparecer levando todos os seus exames (inclusive Raio X, se tiver) e documentos relacionados ao acidente. (...) Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho CRM 16.868"*, conforme documento de ID 4402033.

RECIFE, 25 de abril de 2019.

**ELIANE MARIA SANTOS RODARTE ANDRADE**  
**Diretoria Cível do 1º Grau**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE  
- PE - CEP: 50080-800

Seção A da 4ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0137222-46.2018.8.17.2001  
AUTOR: ROSENILDO MIGUEL DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

RECIFE, 25 de abril de 2019.

**CARTA DE INTIMAÇÃO- PERÍCIA**

**D e s t i n a t á r i o ( s ) :**

**N o m e :** ROSENILDO MIGUEL DA SILVA  
**Endereço:** Sítio Chã Alegre, 600, Zona Rural, PAUDALHO - PE - CEP: 55825-000

Através da presente, fica V. Sa. INTIMADO(A) para tomam ciência da data da perícia, a ser realizada "no dia 04/07/2019 (quinta-feira), no horário entre 08h e 10h, por ordem de chegada, na Rua General Joaquim Inácio, 830, sl 812, Empresarial The Plaza Business Center, Ilha do Leite, Recife- PE, telefone: 81 4101-0698 (empresarial localizado quase em frente ao restaurante Skillus da Ilha do Leite). Deverá comparecer levando todos os seus exames (inclusive Raio X, se tiver) e documentos relacionados ao acidente. (...) Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho CRM 16.868", conforme documento de ID 4402033.cuja cópia segue em anexo como parte(s) integrante(s) deste.

Obs.: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio da parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico:  
<https://pje.tjpe.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam>

A tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet:  
<http://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>

Eu, ELIANE MARIA SANTOS RODARTE ANDRADE, o digitei e o assino.

ELIANE MARIA SANTOS RODARTE ANDRADE

Diretoria Cível do 1º Grau

Assina por ordem do(a) Juiz(a) de Direito da Vara

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco:  
[www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento  
[<https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção A da 4ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0137222-46.2018.8.17.2001  
AUTOR: ROSENILDO MIGUEL DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE AR COM RECEBIMENTO**

Certifico que, nesta data, faço anexar aos presentes autos o AR referente a Citação e Intimação de COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS. O referido é verdade. Dou fé.

RECIFE, 3 de maio de 2019

**VERONILDA OTAVIO DA SILVA**  
Diretoria Cível do 1º Grau



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

**AR**

**DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE**

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Nome: CIA EXCELSIOR SEGUROS DPVAT

Endereço: AV MARQUÊS DE OLINDA, 175, RECIFE ANTIGO, RECIFE - PE -

CEP: 50030-000

UF PAÍS / PAYS

0137222-46.2018.8.17.2001 ID 39721465 3

CITACÃO/INTIMAÇÃO Seção A da 4ª Vara Cível da Capital

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION


NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT

PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO



	<b>AVISO DE RECEBIMENTO</b> <b>AR</b>	(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO) <b>860 684 268</b>						
	<b>AVIS CN07</b>	<b>JT</b>						
DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT _____		TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON <table border="1"> <tr> <td> </td> <td> </td> <td> </td> </tr> <tr> <td> </td> <td> </td> <td> </td> </tr> </table>						
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT _____		: h : h : h						
PREENCHER COM LETRA DE FORMA								
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR _____								
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE <b>DIRETORIA CÍVEL DE 1º GRAU DA CAPITAL</b> <b>FORUM DESEMBARGADOR RODOLFO AURELIANO - 1º ANDAR</b> <b>AV. DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/Nº</b> <b>ILHA JOANA BEZERRA RECIFE/PE CEP: 50.080-900</b>								
CIDADE / LOCALITE _____	UF <b>BRASIL</b> <b>BRÉSIL</b>	_____						





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção A da 4ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0137222-46.2018.8.17.2001  
AUTOR: ROSENILDO MIGUEL DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE AR SEM RECEBIMENTO**

Certifico que, nesta data, faço anexar aos presentes autos a carta devolvida referente a Intimação de ROSENILDO MIGUEL DA SILVA , tendo como motivo de devolução: NÃO PROCURADO . O referido é verdade. Dou fé.

RECIFE, 23 de maio de 2019.

**VERONILDA OTAVIO DA SILVA**  
Diretoria Cível do 1º Grau







Correios

R\$ 14,20

29.04.19 - 12:04

AGF BAIRRO DE SAO JOSE/PE

AO REMETENTE

Nome: ROSENILDO MIGUEL DA SILVA  
Endereço: Sitio Chã Alegre, 600, Zona Rural, PAUDALHO - PE - CEP:  
55825-000

0137222-46.2018.8.17.2001

ID 44267197

8

INTIMAÇÃO

Seção A da 4ª Vara Cível da Capital

AO REMETENTE

Correios REGISTRADO URGENTE registered priority		50 PESO (kg) weight
Recebedor		
Assinatura	Doc.	2 AR MP
JU 19466527 9 BR		

464

LC - 02/09





EMPRESA BRASILEIRA DE  
CORREIOS E TELEGRAFOS

☐ Dose

☐ Fato

☐ Acontecimento

☐ Juízo

☐ Acontecimento

☒ Juízo

☐ Acontecimento

☐ Juízo

☐ Acontecimento

☐ Juízo

☐ Acontecimento

☐ Juízo

☐ Acontecimento

☐ Juízo

☐ Acontecimento

☐ Juízo

☐ Acontecimento

☐ Juízo

☐ Acontecimento

☐ Juízo

☐ Acontecimento

☐ Juízo

☐ Acontecimento

☐ Juízo

☐ Acontecimento

☐ Juízo

☐ Acontecimento

☐ Juízo

☐ Acontecimento

☐ Juízo

☐ Acontecimento

☐ Juízo

☐ Acontecimento

☐ Juízo

☐ Acontecimento

☐ Juízo

☐ Acontecimento

☐ Juízo

☐ Acontecimento

☐ Juízo

☐ Acontecimento

☐ Juízo

DIRETORIA CÍVEL DE 1º GRAU DA CAPITAL  
FÓRUM DESEMBARGADOR RODOLFO AURELIANO - 1º andar  
AV. DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/Nº  
ILHA JOANA BEZERRA RECIFE/PE CEP: 50.080-900

( ETIQUETA OU CARIMBO MP )



1-46404-1



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Nome: ROSENILDO MIGUEL DA SILVA  
Endereço: Sítio Chã Alegre, 600, Zona Rural, PAUDALHO - PE - CEP:  
55825-000

CEP: 0137222-46.2018.8.17.2001 ID 44267197 8  
INTIMAÇÃO Seção A da 4ª Vara Cível da Capital

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DO RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

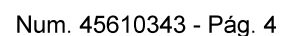
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR/ORGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENT

O PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção A da 4ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0137222-46.2018.8.17.2001  
AUTOR: ROSENILDO MIGUEL DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**ATO ORDINATÓRIO**

Em cumprimento ao disposto no Provimento do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco nº 08/2009, publicado no DOPJ de 09/06/2009, e nos termos do art. 152, VI, e do art. 203, § 4º ambos da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, intimo o(a)(s) Autor(a)(es)/Exequente(s) para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar(em)-se sobre intimação frustrada do Sr. ROSENILDO MIGUEL DA SILVA para que tome conhecimento da data da perícia.

RECIFE, 28 de maio de 2019.

**ANA ELISABETE PROCÓPIO DE ALMEIDA CASTRO**  
Diretoria Cível do 1º Grau



## JUNTADA DE HONORÁRIOS PERICIAIS




RECIBO DO SACADO

		<b>104-0</b>	10498.39291 94000.100043 11208.248697 9 79140000030000		
Beneficiário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL			CPF/CNPJ do Beneficiário 00.360.305/0001-04		Agência / Código do Cedente 2717 / 839299
Nº do documento 040271701241905103	Nosso Número 14000000112082486-1	Vencimento 08/06/2019	Valor do Documento 300,00		
<b>Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente):</b>  TRIBUNAL:TJ PERNAMBUCO COMARCA: RECIFE VARA:04A VARA CIVEL  PROCESSO: 01372224620188172001 N° GUIA: 1 JURISDICIONADOS: ROSENILDO MIGUEL DA SILVA / SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGUR CONTA: 2717 040 01740417-0  Para enviar TED JUDICIAL, utilizar o ID: 040271701241905103  OBS:HONORARIOS PERICIAIS				(-) Desconto	
				(-) Outras Deduções/Abatimentos	
				(+ ) Mora/Multa/Juros	
				(+ ) Outros Acréscimos	
				(=) Valor Cobrado	
Sacado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGUR				CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04 UF: CEP:	
Sacador/Avalista:				CPF/CNPJ:	

**SAC CAIXA:** 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

**Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala:** 0800 726 2492

**Ouvidoria:** 0800 725 7474 (reclamações não solucionadas e denúncias)

		<b>104-0</b>	10498.39291 94000.100043 11208.248697 9 79140000030000		
Local de pagamento <b>PREFERENCIALMENTE NA REDE LOTERICA OU NAS AGENCIAS DA CAIXA</b>					<b>Vencimento</b> 08/06/2019
Beneficiário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL			CPF/CNPJ do Beneficiário 00.360.305/0001-04		Agência / Código do Cedente 2717 / 839299
Data do documento 10/05/2019	Nº do documento 040271701241905103	Espécie de docto. DJ	Aceite S	Data do processamento 10/05/2019	Nosso Número 14000000112082486-1
Uso do Banco	Carteira CR	Moeda R\$	Quantidade	Valor	<b>(=) Valor do Documento</b> 300,00
<b>Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente):</b>  TRIBUNAL:TJ PERNAMBUCO COMARCA: RECIFE VARA:04A VARA CIVEL PROCESSO: 01372224620188172001 N° GUIA: 1 JURISDICIONADOS: ROSENILDO MIGUEL DA SILVA / SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGUR					(-) Desconto
					(-) Outras Deduções/Abatimentos
					(+ ) Mora/Multa/Juros



CONTA: 2717 040 01740417-0

Para enviar TED JUDICIAL, utilizar o ID:

OBS:HONORARIOS PERICIAIS

(+) Outros Acréscimos

(=) Valor Cobrado

Sacado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGUR

CPF/CNPJ:  
09.248.608/0001-04

UF: CEP:

Sacador/Avalista:

CPF/CNPJ:



Autenticação - Ficha de Compensação



			Nº DA CONTA JUDICIAL	
			0	
Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	TIPO DE JUSTIÇA
		16/05/2019	0	ESTADUAL
DATA DA GUIA	Nº DA GUIA	Nº DO PROCESSO		
16/05/2019	1582558	4311620158170210		
UF/COMARCA		ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
PE		Vara Cível	RÉU	200,00
NOME DO RÉU/IMPETRADO			TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			Jurídica	09248608000104
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE			TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
MARIZA BARROS RIBEIRO CARVALHO			FÍSICA	11422147452
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
0AB4C41161004AF9				







EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PESEÇÃO A

Processo: 01372224620188172001

**CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ROSENILDO MIGUEL DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada da **FICHA DE COMPENSAÇÃO E RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RECIFE, 29 de maio de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
OAB/PE 4246

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
30225 - OAB/PE





**Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho**, CRM-PE 16.868, CPF: 009.226.694-06, PIS/PASEP [19033820407](#), médico perito judicial, nomeado por Vossa Excelência para atuar como perito vem, informar que o reclamante não compareceu no dia **04/07/2019**, para realização de perícia.

Nesses termos.

Pede deferimento.

Recife, 08 de julho de 2019.

***Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho***

***CRM 16.868***

***Médico Perito***





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Seção A da 4ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE  
- PE - CEP: 50080-800 - F: ( )

Processo nº 0137222-46.2018.8.17.2001

AUTOR: ROSENILDO MIGUEL DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

### SENTENÇA

Vistos, etc.

**EMENTA.** DIREITO CIVIL. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. DPVAT. AUSÊNCIA DE LAUDO PERICIAL. INÉRCIA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA. *A falta de laudo pericial por inércia do demandante, devidamente intimado para perícia, gera a improcedência do pedido indenizatório.*

### 1. RELATÓRIO.

Ação de cobrança de seguro DPVAT proposta por ROSENILDO MIGUEL DA SILVA contra COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

A parte autora aduz, em síntese, que em 11/12/2018 sofreu acidente de veículo do qual resultou lesões graves e debilidade permanente, por isso fazendo jus a complementação da indenização securitária, nos termos do art. 3º da Lei nº 6.194/74. Requerendo, ao final, a complementação do pagamento do seguro dpvat no montante de R\$ 11.812,50 (onze mil e oitocentos e doze reais e cinquenta centavos).

Acostou documentos.

Despacho citatório conforme id n 39600713.

Contestação sob id n. 40327806, alegando a parte ré: ausência de laudo do IML, pagamento na esfera administrativa, impossibilidade de inversão do ônus da prova, juros de mora e correção monetária e honorários advocatícios.

Termo de audiência de conciliação conforme id n. 42193787.

Despacho de intimação de acordo com id n. 42993198, para a parte demandante se manifestar sobre a contestação.



Réplica conforme petição de id n. 43095059

Decisão designando perícia sob id n. 43914041.

Depósito dos honorários periciais efetuado pela parte demandada conforme guia de id n. 46016597.

Ausência do autor para realização da perícia, conforme petição do perito sob id n. 47544683

É o que importa relatar. Decido.

## **2. FUNDAMENTOS.**

Nos termos da Lei nº 13105/2015,

Art. 373. O ônus da prova incumbe: I- ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito.

Incumbia ao autor comparecer à perícia designada. O Juízo intimou o demandante para a realização do exame para detecção da invalidez narrada na inicial, quedando-se inerte. O autor nem compareceu, nem apresentou justificativa por sua ausência.

Desta feita, o demandante não comprovou o fato constitutivo de seu direito.

## **3. DISPOSITIVO.**

Pelo exposto, julgo improcedente o pleito autoral, nos termos dos arts.373, I e 487, I, do Código de Processo Civil.

Resta condenada a parte demandante nas taxas/custas processuais, bem como em honorários advocatícios fixados em 10% (dez) por cento do valor da causa, observando-se o art. 98, § 3º, do CPC.

Expeça-se alvará do valor depositado em favor da parte demandada.

Determino que, certificado o trânsito em julgado da demanda, proceda-se o arquivamento e baixa dos autos.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

RECIFE, 15 de agosto de 2019

Juiz(a) de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

### DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 4ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0137222-46.2018.8.17.2001  
AUTOR: ROSENILDO MIGUEL DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

#### INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 4ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Sentença de ID 49075052, conforme segue transcrito abaixo:

*"SENTENÇA Vistos, etc. EMENTA. DIREITO CIVIL. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. DPVAT. AUSÊNCIA DE LAUDO PERICIAL. INÉRCIA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA. A falta de laudo pericial por inércia do demandante, devidamente intimado para perícia, gera a improcedência do pedido indenizatório. 1. RELATÓRIO. Ação de cobrança de seguro DPVAT proposta por ROSENILDO MIGUEL DA SILVA contra COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS A parte autora aduz, em síntese, que em 11/12/2018 sofreu acidente de veículo do qual resultou lesões graves e debilidade permanente, por isso fazendo jus a complementação da indenização securitária, nos termos do art. 3º da Lei nº 6.194/74. Requerendo, ao final, a complementação do pagamento do seguro dpvat no montante de R\$ 11.812,50 (onze mil e oitocentos e doze reais e cinquenta centavos). Acostou documentos. Despacho citatório conforme id n 39600713. Contestação sob id n. 40327806, alegando a parte ré: ausência de laudo do IML, pagamento na esfera administrativa, impossibilidade de inversão do ônus da prova, juros de mora e correção monetária e honorários advocatícios. Termo de audiência de conciliação conforme id n. 42193787. Despacho de intimação de acordo com id n. 42993198, para a parte demandante se manifestar sobre a contestação. Réplica conforme petição de id n. 43095059 Decisão designando perícia sob id n. 43914041. Depósito dos honorários periciais efetuado pela parte demandada conforme guia de id n. 46016597. Ausência do autor para realização da perícia, conforme petição do perito sob id n. 47544683 É o que importa relatar. Decido. 2. FUNDAMENTOS. Nos termos da Lei nº 13105/2015, Art. 373. O ônus da prova incumbe: I- ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito. Incumbia ao autor comparecer à perícia designada. O Juízo intimou o demandante para a realização do exame para detecção da invalidez narrada na inicial, quedando-se inerte. O autor nem compareceu, nem apresentou justificativa por sua ausência. Desta feita, o demandante não comprovou o fato constitutivo de seu direito. 3. DISPOSITIVO. Pelo exposto, julgo improcedente o pleito autoral, nos termos dos arts. 373, I e 487, I, do Código de Processo Civil. Resta condenada a parte demandante nas taxas/custas processuais, bem como em honorários advocatícios fixados em 10% (dez) por cento do valor da causa, observando-se o art. 98, § 3º, do CPC. Expeça-se alvará do valor depositado em favor da parte demandada. Determino que, certificado o trânsito em julgado da demanda, proceda-se o arquivamento e baixa dos autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. RECIFE, 15 de agosto de 2019 Juiz(a) de Direito"*

RECIFE, 20 de agosto de 2019.



**ELIANE MARIA SANTOS RODARTE ANDRADE**  
**Diretoria Cível do 1º Grau**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção A da 4ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0137222-46.2018.8.17.2001  
AUTOR: ROSENILDO MIGUEL DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO**

Certifico para os devidos fins de direito que a Sentença prolatada no referido processo transitou em julgado.  
O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 2 de outubro de 2019.

**ELIANE MARIA SANTOS RODARTE ANDRADE**  
Diretoria Cível do 1º Grau







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 4ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0137222-46.2018.8.17.2001  
AUTOR: ROSENILDO MIGUEL DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO DE VALORES**

O(A) Exmo.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito da **Seção A da 4ª Vara Cível da Capital**, **AUTORIZA**, através do presente Alvará, o **LEVANTAMENTO**, pelo beneficiário, do valor autorizado, como descrito no quadro abaixo:

**BENEFICIÁRIO (001): COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS - CNPJ: 33054826000192**, na pessoa do seu representante legal  
**VALOR AUTORIZADO: R\$ 300,00 (trezentos reais)**, com juros e correção monetária porventura existentes.  
**DADOS DO DEPÓSITO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL AGÊNCIA - OPERAÇÃO - CONTA: 2717 040 01740417-0**

Tudo conforme **SENTENÇA** de **ID 49075052**, dos autos do Processo Judicial Eletrônico-PJe, acima epigrafado:  
*"...Expeça-se alvará do valor depositado em favor da parte demandada. Determino que, certificado o trânsito em julgado da demanda, proceda-se o arquivamento e baixa dos autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. RECIFE, 15 de agosto de 2019 Juiz(a) de Direito".*

**OBSERVAÇÃO:** Este alvará deverá ser levantado junto à **CAIXA, agência 1294 – Teatro Marrocos/PE, localizada na Praça da República, 233 – Bairro Santo Antônio, Recife – PE. Horário de atendimento: 10h às 16h.**

Eu, ELIANE MARIA SANTOS RODARTE ANDRADE, digitei e submeto à conferência e assinaturas o presente alvará com o número de identificação constante no rodapé. RECIFE, 2 de outubro de 2019.

**DANIELLE TAVARES DA MOTA FERNANDES**  
*Diretoria Cível do 1º Grau*  
*(Assinado eletronicamente)*

**TOMÁS ARAÚJO**  
*Juiz(a) de Direito*  
*(Assinado eletronicamente)*



---

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [ <https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção A da 4ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0137222-46.2018.8.17.2001  
AUTOR: ROSENILDO MIGUEL DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**ATO ORDINATÓRIO - INTIMAÇÃO PARA LEVANTAMENTO DE ALVARÁ**

Em cumprimento ao disposto no Provimento n.º 08/2009 do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco, publicado no DOPJ de 09/06/2009, e nos termos do art. 162, § 4º do CPC, intimo a parte demandada para informar que o(s) Alvará(s) de ID(s) 51722768, encontra(m)-se disponível(eis) para impressão no próprio PJe e podem ser levantados diretamente na Instituição Financeira indicada no documento, apenas com a assinatura eletrônica do Magistrado indicada no documento.

RECIFE, 4 de outubro de 2019.

ELIANE MARIA SANTOS RODARTE ANDRADE  
Diretoria Cível do 1º Grau

